

## ALMEIDAS GARRETT DO PARANÁ.

Arthur Virmond de Lacerda Neto.

*Os resultados da pesquisa que aqui divulgo resultou de curiosidade, própria de quem se interessa por linhagens e empenha-se por investigá-las, motivada pelo conhecimento que travei, em maio de 2004, com Fernando Paraná Rezende: foi-me estagiário no meu escritório de advocacia e, de sabê-lo (por indagar-lhe) Garrett, despertou-se-me o afã de averiguar-lhe a ligação com o visconde de Almeida Garrett, que eu conhecia da história e da literatura portuguesas. Parentesco ilustre, afigurou-se-me interessante apurar.<sup>1</sup>*

*Alguns levantamentos cartoriais levaram-me à suspeita de que tal ligação existia, o que me confirmaram a genitora e um tio de Fernando, sem que nem uma nem o outro conhecessem, exatamente, qual fosse ela<sup>2</sup>, o que me moveu a investigações, laboriosas e lentas (como soem ser as desta espécie) em cartórios civis e paroquiais de Curitiba e de Campo Largo, bem assim em algumas fontes bibliográficas, com resultados esclarecedores, porquanto, mercê deles, confirmei o parentesco sangüíneo dos Almeida Garrett do Paraná com o visconde e produzi conhecimentos até então ignorados.*

*O que se segue demonstra, documentadamente, o entroncamento dos Almeida Garrett do Paraná em a progênie do visconde, e a origem comum destes e daquele, bem como narra parte da vida dos patriarcas da família, no Paraná.*

*Em novembro de 2004 publiquei versão desta prosápia, em anexo às minhas “Memórias de Duas Amizades”, em que, segundo explico no seu prefácio, qualificava uma personagem de sobrinho do visconde de Almeida Garrett, adjetivo que justifiquei mediante a pesquisa que empreendi e que ali estampeei, no estado em que ela se encontrava na altura.*

*A versão atual desta genealogia transcende a de 2004 e já não se destina a provar uma afirmação literária: representa a genealogia dos Almeidas Garrett do Paraná, em que priorizei a informação histórica: importou-me recuperar o quanto se relacionasse com os avoengos dos ramos locais e atuais desta família, para conhecimento dos seus integrantes, da sociedade em geral e satisfação da curiosidade que me empreendeu à investigação.*

*Não tencionei registrar a descendência de Francisco Xavier de Almeida Garrett por inteiro (aduzo-a fragmentariamente), empresa que outrem poderá cometer, possivelmente algum dos seus descendentes.*

*Adminiculou-me (de Lisboa) o meu amigo Professor Gonçalo Teotônio Pereira de Sampaio e Mello, que em 2004 propiciou-me fotocópia de livros relativos à nobiliarquia portuguesa e ao visconde de Almeida Garrett; o Coronel Aristides do Prado Garrett e o Engenheiro José D’Almeida Garrett Júnior (ambos em Curitiba) transmitiram-me interessantes informações.*

*Buscas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional propiciarão novos achados.*

*Arthur Virmond de Lacerda Neto.*

*Curitiba, 17 de fevereiro de 2018.*

---

<sup>1</sup> Não pertenco à família Almeida Garrett, tampouco tenho qualquer relação de consangüinidade ou de afinidade com qualquer dos seus integrantes.

<sup>2</sup> Outros ramos, em Campo Largo, sequer conheciam a figura do visconde.

**1) Bernardo Garrett.** Capitão, oriundo do Rossilhão (França), nasceu em 1720; casou-se, em Madri, com Ângela Maria Viccinaro, nascida em 1720, em Madri.

A *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, de Albano da Silveira Pinto<sup>3</sup> identifica Bernardo por este nome ou por Fernando e qualifica-o de “oriundo” do Rossilhão.

Os documentos antigos, manuscritos, ensejavam e ensejam, vezes várias, dificuldades de leitura, o que, por sua vez, provocava e provoca, virtualmente, interpretações equivocadas ou dúplices de certas palavras: é, quiçá, o caso do nome Bernardo, que, no documento em que figurava redatou-se com caligrafia duvidosa e confundível com Fernando, porquanto entre um nome e o outro, coincidem todas as letras, exceto as iniciais (“b” e “f”) e a consoante sucessiva ao “a” (“r” e “n”). Facilmente o nome, no manuscrito, permitiria a leitura de um prenome, como do outro.

A mesma fonte identifica a naturalidade das pessoas de que trata pela expressão “natural de”, indicadora de que o indivíduo em causa nasceu no lugar nominado (*exempli gratia*: natural de Lisboa, natural de Sagres), ao passo que, quanto a Bernardo (ou Fernando) Garrett, qualifica-o como “oriundo” do Rossilhão, interpretável como indicador de emigração de lá, para Madri, sem que haja lá nascido, o que, por sua vez, compagina-se com o informe do visconde de Almeida Garrett, que atribuía origem irlandesa (e não francesa) ao seu pai (filho, por sua vez, de Bernardo [ou Fernando] Garrett.)

Em sua autobiografia, discorre o visconde de Almeida Garrett acerca de Antonio Bernardo: “Antonio Bernardo da Silva Garrett, fidalgo cavaleiro da casa real, selador-mór da alfândega daquela cidade [Porto], era natural dos Açores, e descendente de uma nobre família irlandesa, que emigrara por motivos de religião para Espanha, e dali viera a Portugal no séquito da rainha D. Mariana, mulher d’el-rei D. José”<sup>4</sup>. Nesta informação, terá, decerto, o visconde repetido tradições familiares, certamente fidedignas, dada a proximidade temporal entre si e os fatos a que alude.

O vocábulo *garrett* significa quebrador de regras em um dialeto irlandês.<sup>5</sup>

Bernardo Garrett e Angela Maria Viccinaro tiveram:

**2) Antonia Margarida Garrett.** Natural de Madri, onde foi batizada na freguesia de São Martinho. Desposou, em 10 de fevereiro de 1736, na igreja do Salvador, na cidade da Horta (na ilha do Faial, no arquipélago dos Açores) José Ferreira da Silva, alferes de ordenanças, nascido em 1705 na ilha do Faial, batizado em Lisboa, em 20 de julho do mesmo ano, na freguesia de S. Catarina do Monte Sinai. Morreu no Faial, em 18 de maio de 1753; era filho de José Fernandes Justo, nascido em 1720, em Torres Vedras (Portugal), e de Luzia Ferreira da Silva, nascida em 1720, em Lisboa.

O marquês de Faria registra o sobrenome com ortografia Guarrett<sup>6</sup>.

Antonia e José tiveram:

<sup>3</sup> PINTO, Albano da Silveira. *Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal*. Lisboa, 1883, vol. I, p. 46.

<sup>4</sup> ALMEIDA GARRETT, visconde de. O Conselheiro J. B. de Almeida Garrett. *Universo Pitoresco*, nº 19-21, tomo III. Lisboa, 1844. Acessível por <http://purl.pt/96/1/obras/autobiografia/index.html>. Acedi-lhe em 2004 e em 17.I.2018.

<sup>5</sup> Conforme Luiz Fernando de Almeida Garrett, em correspondência para o autor, em 26 de dezembro de 2004.

<sup>6</sup> FARIA, Antonio Cândido Portugal de Faria (segundo visconde e marquês de Faria). *Apontamentos genealógicos sobre as famílias do visconde e da viscondessa de Almeida-Garrett*. Milão, 1904.

3.1) Alexandre José da Silva Garrett (1737 – 1818), depois frei Alexandre da Sagrada Família, bispo de Málaga, de Loanda e de Angra do Heroísmo.

3.2) Ana Rosa de Viterbo, nascida em 1738.

3.3) Bernardo, nascido em 1740.

3.4) Manoel Inácio da Silva, nascido em 1742. Foi arcediogo da sé de Angra do Heroísmo.

3.5) Josefa , nascida em 1743.

3.6) Antonio, nascido em 1746.

**3.7) Antonio Bernardo da Silva Garrett.**<sup>7</sup> Era natural da ilha do Faial, onde nasceu em 10 de agosto de 1749; morreu em 23 de abril de 1834. Foi cavaleiro da Ordem de Cristo, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, selador-mor da alfândega do Porto, proprietário na ilha da Terceira (Açores). Casou-se, na capela da quinta do Sardão (na freguesia de Santa Eulália de Oliveira do Douro), em 2 de outubro de 1796, com Ana Augusta de Almeida Leitão (1770 – 1841), filha do sargento-mór José Bento Leitão, nascido em 1745, e de Maria do Nascimento de Almeida, nascida em 1745, filha, por sua vez, de José Fernandes de Almeida (nascido em 1720) e de Maria Teresa de São Boaventura, nascida em 1720<sup>8</sup>. Ana Augusta era irmã inteira de João Carlos Leitão, desembargador.

Em breve nota acerca do visconde de Almeida Garrett, Jorge Couto qualificou-lhe o bisavô materno como “sapateiro em Vila do Conde, que ascende a mamposteiro-mor da Casa da Misericórdia da mesma vila”. Absteve-se, todavia, de nominá-lo.<sup>9</sup>

José Bento Leitão era cavaleiro da Ordem de Cristo e foi deputado da Junta da Companhia dos Vinhos do Alto Douro, criada pelo Marquês de Pombal para a exploração vinícola da região norte de Portugal. Recorda-o o visconde de Almeida Garrett como “um daqueles poderosos negociantes, que a política do marquês de Pombal obrigou a vir do Brasil estabelecer-se na sua pátria”.

De José Bento Leitão, o visconde de Almeida Garrett produziu este depoimento, em nota no seu “Frei Luis de Sousa”: *Eu passei os primeiros anos da minha vida entre duas quintas, a pequena Quinta do Castelo, que era do meu pai, e a grande Quinta do Sardão, que era, e ainda é, da família de meu avô materno, José Bento Leitão; ambas são ao sul do Douro [rio no norte de Portugal], ambas perto do Porto, mas tão isoladas e fora do contacto da cidade qu era perfeitamente do campo a vida que ali vivíamos, e que ficou sendo para mim o tipo da vida feliz, da unida vida natural deste mundo. Uma parda velha, a boa Rosa de Lima, de quem eu era o menino bonito entre todos os rapazes, e por que ainda choro de saudades, apesar do muito que me ralhava `as vezes, era a cronista-mor da família, e em particular da Capela e da Quinta do Sardão, que ela julgava uma das maravilhas da Terra e venerava como um bom castelhano o seu Escorial. Contava-me ela, entre mil bruxarias e coisas do outro mundo que piamente acreditava, que também naquelas coisas “se mentia muito”; que de meu avô, por exemplo, diziam que tinha aparecido embrulhado num lençol passeando à meia-noite em cima dos arcos que trazem água para a quinta, o que era inteiramente falso, porque “ela estava certa que, se o Sr. José Bento pudesse vir a este mundo, não se ia embora sem aparecer à sua Rosa de Lima”. E*

<sup>7</sup> A *Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal*, de Albano da Silveira Pinto (Lisboa, 1883), nomina-o de Antonio Bernardo da Silva d’Almeida Garrett, nome que seria o seu de 1818 por diante.

<sup>8</sup> Tanto no número 2, quanto no 3.7, vários nasceram em 1720, coincidência que se me afigura estimativa da fonte (<https://geneall.net/pt/>).

<sup>9</sup> COUTO, J. *Camões*. Revista de Letras e Cultura Lusófona, janeiro-março de 1999, editorial. Lisboa.

*arrasavam-se-lhe os olhos de água ao dizer isto, luzia-lhe na boca um sorriso de confiança, que ainda agora me faz impressão quando me lembra.*<sup>10</sup>

Em fonte portuguesa, encontram-se estes dados: *A quinta do Castelo, situada na zona do Candal, tirou o nome das ruínas que ali perto jaziam do castelo mourisco de el-rei Alboazar. Uma rua separava-a, a norte, do cimo do monte onde se diz que teria sido edificado o referido castelo. A estrada que conduzia à entrada principal era limitada por muros muito altos e, de tão estreita que era, mal deixava passar uma carruagem. No interior havia cameleiras colossais e arvoredos, a maioria dos quais foram arrasados durante o cerco do Porto. A casa sofrera já, à data de 1879, várias transformações, que, no entanto, segundo Bernardo Lucas, não impediam de adivinhar a sua traça inicial: o segundo andar tinha apenas para a frente uma janela; no primeiro andar corria uma varanda que ligava com o portão de entrada, encimado por um castelo de pedra, em alto relevo. A esquerda do portão é que se erguia a ermida de que fala Garrett no prólogo do poema Miragaia.*

*Muito maior que a quinta do Castelo era a quinta do Sardão, que ainda hoje existe em Oliveira do Douro, à face da estrada municipal que leva a Vilar de Andorinho. Composta de pomares, terras de pão e matas, recebia água abundante do conhecido aqueduto no seu extremo sul. A casa, para o tempo em que foi feita, podia considerar-se principesca: no rés-do-chão havia várias frestas com grades de ferro que depois deram lugar a nove janelas; no primeiro andar, dez janelas de frente davam sobre largo e comprido terreiro; do lado norte e fazendo parte do corpo do edifício, embora com distinta fachada, erguia-se acima dele, com a sua cruz de pedra, a capela onde tinham casado os pais de Garrett; dois portões, um a norte e outro a sul do prédio, davam entrada para dois pátios que comunicavam com a quinta e a casa, uma vez que esta não tinha porta para a rua.*

*Estas duas quintas, a pouca distância do Porto, tinham, no entanto, uma autêntica vida de campo que os filhos de António Bernardo e Ana Augusta adoravam, sobretudo o pequeno João Baptista, que ali já algumas vezes tinha ido em passeio, na companhia do pai, como prémio de ter dado boas lições. As flores e os arvoredos, as matas, os campos e os trabalhos agrícolas deliciavam os pequenos. Mas mais que o gosto da vida natural, o que fez rejubilar João Baptista, ao ouvir anunciar a mudança da família para Gaia, foi o saber que iria passar a viver em contacto permanente com a "tia" Brígida, então guarda da quinta do Castelo, e passar a estar mais perto dos parentes do Sardão (a avó, as tias e o tio João Carlos) e de certa mulata velha ("a boa Rosa de Lima") que eles lá tinham, trazida do Brasil por seu avô José Bento Leitão.*

*Segundo Gomes de Amorim, diligente biógrafo de Garrett, o escritor guardou "prodigiosas reminiscências" da noite em que a família se instalou na quinta do Castelo. Foi Brígida que foi deitar os pequenos. Esta mulher de idade avançada, que já não podia estar ao serviço da casa da cidade e a quem se confiara a quinta do Castelo, sentia verdadeiros ciúmes da Rosa de Lima, que, no Sardão, também soubera cativar os pequenos. Por isso, na altura em que os ia meter na cama, se não podia desvirtuar a sua rival, pôs-se a sobrevalorizar o Castelo em detrimento do Sardão, não só pelas "lindas vistas de rio e de cidade" mas também pelo Castelo onde acontecera o "romance da Gaia, do rei e do mouro". Ao ouvirem isto, as crianças não a largaram mais e ela teve que contar-lhes o romance. Findo este, começou outros à*

---

<sup>10</sup> ALMEIDA GARRETT, visconde de. *Frei Luis de Sousa*. Publicações Europa-América, Lisboa, 1954, p. 132.

*mistura com contos de bruxas e almas do outro mundo, ora recitados ora cantados. E quando se levantava para retirar-se, reparou que o pequeno João, de olhinhos muito abertos, lhe seguia todos os movimentos. Sabendo-o o mais fanatizado dos seus ouvintes, logo lhe prometeu contar o do milagre da Senhora do Castelo e o da nau Catrineta e o das almas brancas e o das bruxas que foram à Índia numa casquinha de ovo... Foi assim que esta velha, que, segundo o que ele depois escreveu, "tinha todo o jeito e traça de bruxa, e era cronista-mor de feitiços e milagres", começou a incutir no espírito do futuro poeta o amor das lendas, dos romances e das xácaras populares.*

Em 1826, Antonio Bernardo recebeu o foro de Fidalgo da Casa Real (à Casa Real correspondia o conjunto de familiares dos reis, dos seus servidores diretos e dos familiares deles, ocupantes de cargos civis ou militares): *Eu El-Rei Faço saber a vós D. Alvaro Antonio de Noronha Abranches Castello Branco, do Meu Conselho, Marquez de Torres Novas, Comendador da Ordem de N. S. Jesus Cristo, Grão Cruz da de N. Senhora da Conceição e da de Torre e Espada, Gentil-Homem da Minha Real Camara e Meu Mordomo Mór: Que tendo consideração ao que Me representou D. Maria Joanna de Campos e Sousa, Açafata do Meu Real Paço, e competir-lhe o Foro de Fidalgo da Minha Real Casa para seu legítimo Marido José da Nóbrega Botelho, em cuja pessoa não pôde ter efeito o referido Filhamento<sup>11</sup>, pelo possuir por legitima sucessão: por tal motivo Me pediu a dita Açafata Houvesse Eu por bem de fazer Mercê a seu tio Antonio Bernardo da Silva Garrett, natural da Vila da Horta, Ilha do Faial, filho legítimo de José Ferreira da Silva, de o tomar por Fidalgo Cavaleiro de Minha Real Casa com l:600 réis de Moradia por mês e um alqueire de cevada por dia, paga segundo a Ordenança, e é a Moradia Ordinária. O que sendo por Mim atendido: Hei por bem, e por especial Graça, que jamais servirá de exemplo, de lhe verificar a dita Mercê. Lisboa 13 de Maio de 1826. – Infanta – Passou-se por Portaria do Il.mo e Ex.mo Marques Mordomo-Mor de 14 de Janeiro de 1826.<sup>12</sup>*

O foro de fidalgo da casa real tocava a Maria Joana de Campos e Sousa, por direito sucessório, o que lhe impediu a atribuição ao marido, José da Nóbrega Botelho, pelo que requereu ela a atribuição dele ao seu tio, Antonio Bernardo, o que se lhe deferiu.

A forma binominal, Almeida Garrett, constituiu-se em 1818, quando o adotaram os filhos de Antonio Bernardo, por ocasião do óbito de Alexandre José, frei Alexandre da Sagrada Família (3.1).

Devido à invasão francesa de 1809, Antonio Bernardo e os seus deslocaram-se do Porto para Lisboa e dali para os Açores.

Antonio e Ana Augusta tiveram:

#### **4.1) Alexandre José Xavier da Silva de Almeida Garrett, o velho, que segue.**

4.2) João Batista da Silva Leitão de Almeida Garrett, natural do Porto, onde nasceu em 4 de fevereiro de 1799; morreu em Lisboa em 9 de dezembro de 1854. Chamava-se, de começo, João Leitão da Silva, a que acresceu Batista, em honra ao seu padrinho; posteriormente, inverteu a ordem dos prenomes, para da Silva Leitão, adindo-lhes, finalmente, de Almeida Garrett em 1818, por ocasião da morte do seu tio Alexandre, no que o acompanhou a restante família. Daquele ano data o apelido Almeida Garrett como designativo dos descendentes de Antonio Bernardo da Silva Garrett.

<sup>11</sup> Filhamento corresponde ao ato de filhar, ou seja, o de atribuir-se a alguém o foro de fidalgo.

<sup>12</sup> AMORIM, Francisco Gomes do. *Garrett*. Memórias biographicas. Vol. I, p. 382. Lisboa, 1881.

Primeiro Visconde de Almeida Garrett, passou parte da sua infância nos Açores, onde estudou com o seu tio padre, que o encaminhou para a vida religiosa, de que desistiu em 1815. Dois anos depois, ingressou no curso de Direito da Universidade de Coimbra, que concluiu em 1821.

Aderiu ao liberalismo político, segundo o qual os poderes reais derivam da sanção popular e limitam-se por constituição, e que teve por campeão, em Portugal, a D. Pedro I, lá entronizado, em 1834, como D. Pedro IV. Ao liberalismo contrapunha-se o absolutismo, segundo o qual os poderes reais derivam da vontade divina e não se limitam, encabeçado, em Portugal, por D. Miguel, filho cadete de D. João VI.

A política moveu Almeida Garrett a emigrar duas vezes. Como resultado da revolução liberal do Porto, de 1820, promulgou-se, em 1822, uma constituição, contra a qual, em 1823, D. Miguel promoveu revolta, designada de Vila Francada e de que resultou a dissolução do parlamento e a suspensão da constituição, com o regresso dos poderes absolutos do monarca: foi o que levou João Batista a refugiar-se na Inglaterra e em Havre (França), em 1824.

Regressou a Portugal em 1826, ao D. Pedro IV outorgar a segunda constituição portuguesa, embora novamente emigrasse para a Inglaterra, em 1828, quando D. Miguel, então no exílio, regressou a Portugal e novamente revogou a constituição e perseguiu os liberais de que muitos refugiaram-se na Inglaterra. Em Londres, Garrett fundou a gazeta “O Precursor”.

À reviravolta de 1828 reagiram os liberais, com insurreição militar que, desencadeada no Porto, alastrou-se pelo norte de Portugal e produziu guerra civil que opôs absolutistas e liberais até o triunfo destes, em 1834. Durante um ano a guerra limitou-se ao cerco do Porto, bastião liberal, de cuja defesa participou Almeida Garrett e durante o qual acompanhou o Duque de Palmela (um dos paredros do partido liberal) em missão diplomática a Madri, Londres e Paris.

Em 1833, atuou como secretário de comissão incumbida de elaborar plano de educação e ensino público; no ano seguinte exerceu funções de encarregado de negócios e de cônsul-geral na Bélgica.

Divorciou-se, em 1836, de Luísa Cândida de Ataíde Midosi, que o traía; no ano seguinte recebeu-se com Adelaide Pastor.

Foi deputado, por Braga, em 1837; pela Estremadura em 1842; pela Beira, em 1851, e nos Açores, em 1839. Nomeado em 1838 como cronista-mór do reino, foi renomeado para tal em 1846. Foi Ministro de Estrangeiros e Par do Reino em 1851 (parlamentar na câmara alta portuguesa, a Câmara dos Pares, cujos integrantes provinham de nomeação régia, vitalícia e hereditária).

Escreveu abundantemente, poesias, romances, peças teatrais, ensaios, de que se destacam: *Folhas Caídas* (1853), *Viagens na minha terra* (1846), *O Arco de Sant’Ana* (1845-50), *Frei Luís de Sousa* (1842), *Da Educação* (1829), *Portugal na balança da Europa* (1830).

Introdutor do romantismo em Portugal, é dos expoentes da literatura de Portugal e do idioma português.

Recebeu o título de visconde em 1851, *em sua vida*, ou seja, sem a sua transmissão hereditária. Renovou-se, inoficialmente (por ato do então ex-rei Manoel I, no exílio, e já proclamada a república em Portugal), no seu sobrinho-bisneto Tomás de Aquino (7-1), abaixo.<sup>13</sup>

O visconde de Almeida Garrett teve:

<sup>13</sup> *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XII, p. 185 e s., para dados biográficos.

5.1) Maria Adelaide de Almeida Garrett, nascida em 1838, filha natural reconhecida; desposou Carlos Pereira Guimarães, com geração.

4.3) Joaquim Antonio da Silva Leitão de Almeida Garrett, eclesiástico.

4.4) Antonio Joaquim da Silva Leitão de Almeida Garrett, sem descendência.

4.5) Maria Amália de Almeida Garrett (1800 – 1844), casada com Francisco de Menezes de Lemos e Carvalho (1786 – 1862), pais de Ana de Menezes de Lemos e Carvalho (nascida em 1825), esposa de André Francisco Meirelles de Távora do Canto e Castro, pais, por sua vez, de Francisco de Menezes de Meirelles do Canto e Castro, primeiro Visconde de Meirelles, nascido em 1850.

4.6) Antonio Joaquim Bernardo da Silva de Almeida Garrett, nasceu em 1836 e morreu em 1832.

4.7) Inácio da Silva Garrett, padre, nasceu em 1750 e morreu em 1822.

4.8) Inácia de Almeida Garrett, nasceu em 1751 e morreu em 1768.

4.9) Tomas Isidro de Almeida Garrett, nasceu em 1753.

**4.1) Alexandre José Xavier da Silva de Almeida Garrett**, o velho, nasceu no Porto em 7.VIII.1797 e morreu em 24.X.1867; recebeu o foro de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real por alvará de 20.V.1826; foi selador-mor da Alfândega do Porto, cavaleiro da Ordem de Cristo e capitão do regimento de milícias do Porto.

Escreveu: *Carta do conde de Shrewsburg, illustre Ambrósio Lisle Filipes, traduzida do alemão para o inglês, e deste para o português* (Porto, 1842), *A dolorosa paixão de N. S. Jesus Cristo, por Ana Catarina Emmerich, traduzida do alemão para o francês, e deste para o português* (Porto, 1846), *Ensaio sobre a supremacia do Papa especialmente a respeito da instituição dos Bispos, por D. José Inácio Moreno, traduzido do espanhol* (Porto, 1843), *As viagens a Leixões, ou a troca das Nereidas. Poema herói-cômico* (Porto, 1855), *Manual histórico, e de instrução e orações para uso da Arqui-confraria do Santíssimo e Imaculado Coração de Maria, traduzido do francês* (Porto, 1848), *Orações da Arqui-confraria do Santíssimo Coração de Maria* (Porto, 1855), *Breves instruções sobre o pequeno escapulário azul em honra da bem aventurada Virgem Maria, que devem benzer os clérigos regulares etc. Traduzido do latim* (Porto, 1860), *Novena em honra da Imaculada Conceição de Maria, pelo Padre Dinis, da Companhia de Jesus, traduzida em português por um devoto* (Porto, 1862), *A santa montanha de la Sallette: uma peregrinação em 1854 pelo ex.mo e rev.mo Bispo de Bermingham. Tradução em linguagem, e acrescentada com um apêndice* (Porto, 1858), *Raccolta Romana, O cemitério da Lapa, Sátira pelo autor da “Viagem a Leixões”, Novena de S. Francisco Xavier.*<sup>14</sup>

Recebeu o ofício de selador da alfândega do Porto em razão do impedimento do seu pai (que já o exercia), por decreto de 9 de dezembro de 1812, embora somente em 17 de janeiro de 1814 se lhe expedissem o alvará da sobrevivência, diploma que lhe atribuía o exercício daquela função pelo tempo coincidente com o da vida do seu pai, a partir de então. Naquele ano deixou de residir nos Açores e mudou-se para o Porto, onde exerceu aquele lugar até 1832, quando o perdeu, por que adepto político de D. Miguel. Substituiu-o seu irmão Antonio Bernardo.

No Porto, Alexandre José residiu na rua da Boa Vista, número 45, em companhia de tias maternas.

<sup>14</sup> *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XII, p. 184, para a produção literária e notas biográficas.

Absolutista, sequaz da corrente política encabeçada por D. Miguel, dirigiu-lhe, certa feita, uma representação que Francisco Gomes do Amorim (biógrafo do Visconde de Almeida Garrett), reputava “verdadeiro e ridículo atestado de fanatismo político e religioso”.<sup>15</sup>

Em 24 de agosto de 1820 eclodiu, no Porto, revolução liberal, de origem, em parte, maçônica e de feitio anti-clerical, que instalou junta governativa, em substituição ao rei (D. João VI) que se achava no Brasil desde 1808 e que determinou a convocação de uma assembléia constituinte, de que resultou a constituição de 1822, a primeira de Portugal, limitadora dos poderes régios. Segundo ela:

1- o único elemento soberano do país era a nação, vale dizer, a população do país, e não o rei;

2- o parlamento preponderava sobre o rei, porquanto aquele resultava de eleição popular, e não de nomeação régia; o rei era incapaz de dissolvê-lo, suspendê-lo e de interferir-lhe no funcionamento, ao mesmo tempo em que se achava destituído de iniciativa legislativa,

3- limitavam-se os poderes régios, que existiam por atribuição da constituição, nos termos por ela fixados.

A revolução afastou politicamente os dois irmãos, Alexandre José e João Batista: enquanto este aderiu-lhe e cantou-a em verso, aquele aborreceu-a e tornou-se francamente papista, absolutista e inimigo jurado da maçonaria, segundo escreveu a D. Miguel, achando-se preso, no Porto, pelas autoridades afetas a D. Pedro IV.

O desacordo político entre ambos provocou recriminações de Alexandre José contra João Batista; interrompidas em atenção à enfermidade deste, renovaram-se, para inquietação dos seus parentes, que os do Porto e os dos Açores intervieram, com pedido de que, já politicamente antagônicos, não se desviassem também pessoalmente, e evitassem de se tornarem inimigos. “Parece que ambos assim o prometeram, e penso que cumpriram”, assere Amorim, embora João Batista abandonasse o Porto, para cessar a coabitação que até então mantinha com Alexandre José e que os expunha ao risco permanente de conflito grave.

“Este caso dos Garretts, não foi, infelizmente, o único ocorrido naquele tempo. Em grande número de famílias do reino se deram muitos semelhantes. E freqüentemente se encontravam irmãos pelejando contra irmãos nos campos de batalha, às vezes com maior encarniçamento do que se fossem estranhos!”<sup>16</sup>

Cinco anos mais tarde, em 7 de janeiro de 1825, Alexandre José obteve braço d’armas. Esquartelado o escudo, no primeiro e no quarto quartéis introduziram-se as armas dos Silvas, no segundo as dos Almeidas, no terceiro, as dos Leitões.

No ano seguinte, tornou-se fidalgo da casa real: *Eu El-Rei Faço saber a vós D. Alvaro Antonio de Noronha...etc., etc: Que Hei por bem e Me Praz fazer Mercê a Alexandre José da Silva de Almeida Garrett, natural da cidade do Porto, filho legitimo de Antonio Bernardo da Silva Garrett, Fidalgo da Minha Casa, de o tomar no mesmo fôro de Fidalgo dela com l:600 réis de Moradia por mês de Fidalgo Cavaleiro e um alqueire de cevada por dia paga segundo a Ordenança, e é Fôro e Moradia que pelo dito seu pai lhe pertence. Lisboa 22 de Maio de 1826. – Infanta – Passou-se por Portaria do Il.mo e Ex.mo Marques Mordomo-Mor de 20 de Maio de 1826.*<sup>17</sup>

<sup>15</sup> AMORIM, Francisco Gomes de. *Garrett. Memórias biographicas*, vol. I, p. 158. Lisboa, 1881.

<sup>16</sup> AMORIM, Francisco Gomes de. *Garrett. Memórias biographicas*, vol. I, p. 174. Lisboa, 1881.

<sup>17</sup> AMORIM, Francisco Gomes de. *Garrett. Memórias biographicas*. Vol. I, pp. 382-3. Lisboa, 1881.



Certa feita, aparentemente disputaram com veêmcia Alexandre José e João Batista, no seu antagonismo político, sem todavia chegarem a romper em definitivo, talvez por consideração para com as suas tias, que vivamente se magoavam com tais desavenças. Finda a discussão, ou movidos ambos pelo desejo de encerrá-la, foram ambos ver um cavalo que Alexandre adquirira, havia pouco, do general inglês Wilson e que João estimara assaz. Esquecido da recente disputa, e incapaz de hipocrisias, não hesitou em pedi-lo emprestado para ir passear, o que o irmão recusou, observando-se tratar-se de animal de fino trato, destinado a ser montado somente por hábeis cavaleiros, e completou-lhe:

- Eu mesmo, que tomo lições de picaria, atrapalho-me às vezes.

- Estás enganado comigo. Tenho cavalgado outros, mais ariscos, redargüiu-lhe João Batista.

- Aonde? Dos de aluguel ?.

- Manda-mo aparelhar e verás.

- Não quero ter de que arrepende-me.

- Dizes isso para não mo emprestares. Tens receio que to estrague.

- Não há tal. Se fosse manso, estava às tuas ordens. Tu és imprudente; chegavas-lhe a espora, e ele editaba-te imediatamente ao chão.

- Não encareças tanto os méritos do sendeiro!

- Deixa-te de tolices. E não brinques com o bicho.

Ao dia subsequente, Alexandre ausentou-se do Porto, e João, ansioso por experimentar o cavalo, mandou aparelhá-lo para montá-lo e com ele ir cumprimentar uma pessoa que aniversariava na Figueira da Foz. Mal se deslocara alguns poucos passos e o corcel saltou duas ou três vezes, provocando a queda de João Batista na calçada da rua da Boa Vista, em que desfaleceu ao embater a cabeça em uma pedra. Conduziram-no a casa, a deitar sangue pela boca e pela fenda que se lhe abria. Por dias andou em risco de vida, quanto mais não fosse pela trepanação, de que se cogitou repetidamente.

O antagonismo político manteve-os afastados por anos a fio, que transcorreram sem que se cartassem, até que João tomasse a iniciativa de fazê-lo, para reconciliarem-se e, talvez, para ser útil ao irmão, a quem evitasse alguma perseguição, quando prevalecia o liberalismo, com a derrota, na guerra civil, de D. Miguel, por D. Pedro.

Informado João Batista de que Alexandre devia à casa paterna e que por inadimplemento do reembolso a família deles recusara-se a auxiliar a João, este lembrou ao irmão, em carta de 30 de maio de 1834, que, por sua causa, fora e continuava a ser prejudicado. A resposta de Alexandre, de 8 de junho, considerava infundadas tais queixas e principiava por este modo: *Mano João. A pressa, que me dás, a que eu mesmo tenho de responder à tua carta, me embargam que o faça com aquela extensão, que requeriam os muitos e graves objectos em que me falas. Vejo que não estás inteirado da verdade a respeito de alguns dos mesmos objectos, vejo que sobre todos precisava muito de tratar, e falar contigo séria e maduramente, mas pelo que me dizes da tua pouca demora em Portugal, vejo-me na necessidade de extremar o principal, e deixar o secundário.*

*Começarei por te fazer notar, como eu agora tenho notado, uma pasmosa singularidade. Acho que consiste em tu me julgares há algum ano um teu inimigo, eu julgar-te outro meu; enganares-te tu, e enganar-me eu.*

*Eu sei de certo que te enganaste, porque sei, que nunca fui teu inimigo, nem tu podes citar factos algum, que, depois de eu ser ouvido, valha, ou pese alguma coisa na demonstração dessa inimizade. É verdade, que me escandalizei de teres dito a meu respeito, em 22, certas expressões, e a uma pessoa que então tudo podia: e confesso, que, quando isto chegou à minha notícia, foi grande e muito grande a minha amargura, à qual unicamente debes atribuir o não te ter buscado em 28, e não menos a uma carta para o Porto, em que falavas em mim, e que me foram levar pouco depois que me procuraste; assim como debes atribuir a duração desta nossa indiferença, não a ter eu um coração guardador de ódios, mas ao facto de nunca ter havido uma explicação entre nós sobre semelhante matéria. Nesta mesma há tantas circunstâncias, há tantas coisas que dizer, e que tu ignoras, que estou certo que se eu tas pudesse agora relatar, me havias de dar toda a razão. Se eu falasse contigo saberias as verdadeiras causas por que em 32 algumas pessoas do Porto sopraram a indisposição, que tinhas comigo, e te fizeram supor, que todo o mundo, à exceção de ti, e de minha mulher, era meu inimigo.*

*As cartas, que achaste entre os papéis de nosso pai, não podiam deixar de ser escritas pelo tempo em que tivemos certa questão respeito de um dinheiro, que querias para pôr a tua casa em Lisboa, e eu ainda creio, que, qualquer expressão que nelas haja foi escrita para me defender de intriga, ou real, ou então suposta, mas não para suscitar intriga; e senão apareçam essas minhas cartas, que falar e provar com documentos é o meu maior gosto.*

*Homem, falemos sem acrimônia, mas falemos a verdade, e deixemo-nos de estar a trocar os nomes às coisas: o sentimento que eu tenho conservado a teu respeito, não se chama inimizade, e muito menos ódio; chama-se desconfiança, receio, ainda uma espécie de medo, e se os teus estudos feitos sobre os livros escriptos, e sobre o livro não escripto do grande mundo, te têm dado o conhecimento do coração humano, deverás saber que aquele sentimento, ainda que de leves causas originado, é o último que se desarraiga do mesmo coração, é o que mais dura nele. Homens grandes em armas, em letras têm conservado por toda a vida o receio, que uma vez receberam, de um insecto, de um réptil; sabem desprezar a morte que lhes manda o canhão, e o obuz, mas não a beliscadura, que... Mas para que estou eu a querer provar-te uma tese de que tu não podes duvidar, e que sabes demonstrar muito melhor que eu ?*

*Uma vez convencido eu de que me trataes com verdadeira franqueza, que não és meu inimigo (como certamente o devo ficar com esta tua carta) está removida a causa de separações, nem têm lugar anistias onde não há que perdoar.*

*Repito, pois, - enganaste-te tu -; também me enganaria eu, mas deverás confessar, que, no meio de tão estranhos sucessos, qualquer outro se enganaria da mesma sorte. Fique esta matéria acabada por uma vez, ou adiada para outra vez; vamos aos negócios da casa.*

Explica então porque deixou de, mais cedo, reembolsar os valores que houvera por empréstimo, dos seus pais. Escreve:

*Mas tornando ao nosso caso; parece-me, que te fez Deus um grande favor em desviar-te da vida de juiz, porque, se fazias às partes como me fazes a mim, certamente te desacreditavas, e quem sabe o que mais te sucederia. Pois há de sempre, e em tudo julgar-me antes de me ouvir?... Peço-te, por quem és, que tome o saudável hábito de suspender os teus juízos, de escutar o acusador, sim, mas também o réu antes de o mandares ao suplício. Já pudeste imaginar, que eu não mandara ao pai o seu dinheiro, porque nenhum dele houvesse de chegar à tua mão. Ora dize-me, homem, sendo certo (como estou pronto a provar por documentos) que eu tinha 10:000 cruzados largo tempo prontos para remeter ao pai, logo que, ou se desimpedisse*

*aquela ilha, ou eu tivesse uma única letra de ordem sua, como poderia eu impedir que então te não tocasse algum do tal dinheiro? Porventura o pai costumava antes de 1827 ou 28 perguntar-me o que eu queria que ele fizesse do seu dinheiro? Ora, homem, não falemos mais neste ponto, em que eu estou bem certo que não pensaste, por teres muito em que pensar.*

Segue-se outra larga passagem de explicações, em que se encontra este pedaço:

*Para outra vez ficará também dizer-te alguma coisa sobre o meu comportamento político, em que me tens julgado, como no mais, um pouco de leve; mas eu não te culpo nisso, porque vejo que a razão é não me teres absolutamente tratado desde que o meu caráter verdadeiramente se formou, caráter, cuja igualdade me vanglorio de poder demonstrar por mil factos, e outros tantos documentos.*

E mais adiante:

*Ao terminar esta carta quero dizer-te que eu me acho doentíssimo, e de uma incurável moléstia de peito, que segundo todos os votos da medicina, hoje ou amanhã há de terminar por uma hidropsia de peito. Além disto um amor da solidão, a quem me acolho, logo que me deixam, um desprezo de tudo o que a mor parte dos homens idolatra me estão de assento na alma; portanto, a respeito da minha única pessoa, que queiras ou não beneficiar-me, proteger-me, acudir-me com a tua grande influência nos transe por que muito naturalmente tenho de passar, tudo, tudo me é quase indiferente. Não digo isto por soberba, e menos por certo espírito de partidos, tanto, que muito estimarei que queiras favorecer estes sete inocentes que são teus sobrinhos, e esta senhora, exemplo de todas as virtudes, que é tua cunhada; digo isto, sim, porque não cuides, que, se prontamente assino o tratado de união, sou a isso levado por alguma espécie de interesse, ou de receio.*

Conclui:

*... fica certo de que eu fui sempre, como agora, não só um teu irmão, mas o teu - irmão afetivo- 8 de junho de 1834. Alexandre J. S. A. G..<sup>18</sup>*

Pertencendo à situação política, João Batista recebeu, em junho de 1838, nomeação para integrar a comissão encarregada de restaurar as relações de Portugal com o Vaticano. Católico papista, Alexandre José escreveu a João Batista epístola de 16 páginas *in-4º*, em que lhe dizia de todos os cismas antigos e modernos, das perseguições religiosas, das vésperas sicilianas, da noite de S. Bartolomeu e de outros episódios históricos igualmente sanguinários. O texto apresenta “estilo e forma de artigo de jornal miguelista”, no dizer de Amorim, “ainda que nele proteste constantemente o autor que não há nem sombra de política”.<sup>19</sup>

Por que João Batista desfrutasse de prestígio nos meios políticos, Alexandre assediava-o e solicitava-lhe os préstimos em favor de terceiros, junto aos ministros do reino. *Ora se tratava de um criado de D. Miguel, desde muitos anos encarcerado; ora de afilhados e de compadres; de santos, que não estavam onde deviam estar; de confrarias, de irmandades, etc., etc.*, expõe Gomes do Amorim, que acrescenta: *E em todas as cartas havia seu bocado de sermão, destinado a entreter e vigorar o catolicismo fraterno.* Aos 14 de setembro de 1841, falando-lhe da morte, recente, da mãe de ambos, ponderava que João sabia muito, porém, interrogava-lhe de que lhe valeria a ciência, se não soubesse ganhar a salvação eterna. Em outra missiva, de 6 de dezembro, a propósito do passamento de uma tia, estendia-se à volta da alegria que sentiam quantos viam morrer os santos... Em 24 de abril de 1845, explicando a João por que o cumulava de pedidos,

<sup>18</sup> AMORIM, Francisco Gomes de. *Garrett. Memórias biographicas.* Vol. II, p. 33-37. Lisboa, 1884.

<sup>19</sup> AMORIM, Francisco Gomes de. *Garrett. Memórias biographicas.* Vol. II, p. 371. Lisboa, 1884.

exprime-se Alexandre: *Daqui concludo que eu, em pedir-te tantos favores, e tu, em atenderes tantas vezes aos meus pedidos, concorreremos para a nossa mútua bem-aventurança, e assim deveremos de boamente continuar.* Não se queixava João, cômico de que as intenções de Alexandre cifravam-se em beneficiar a outrem. Observava este *que só o servisse quando os pedidos fossem justos e não ofendessem a Deus.*<sup>20</sup>

Uma das cartas de Alexandre a João fecha-se com a expressão “Dia do nosso Parente S. Gonçalo, em 1854”.<sup>21</sup> São Gonçalo, santo português, chamava-se Gonçalo Pereira; Alexandre José conheceria alguma ligação de parentesco entre si e o santo. .

Morto o visconde, do seu óbito participou Francisco Gomes do Amorim a Alexandre José, que lhe missivou: *Penetrado do mais vivo e profundo sentimento, vou dirigir a v. estas poucas regras, quem têm por único objeto agradecer-lhe, com toda a efusão do meu coração, os prestantes e desvelados serviços, que prestou a meu muito amado irmão, na sua última e angustiada enfermidade; quisera eu poder cumprir este dever pessoalmente, mas torna-mo impossível a distância, e a enfermidade, que me prende, como a um entrevado, sem poder dar um só passo sem as inseparáveis muletas.*

*Se a sua bondade mo admitir, mais algumas vezes o incomodarei com as minhas letras, para lhe pedir algumas informações a respeito da minha querida sobrinha; por agora somente lhe rogo o obséquio de fazer chegar à sua mão as cartas, minha e de minha mulher, que inclusas remeto.*

*Não tenho motivos alguns para alegar, pelos quais mereça a sua amisade, só se for o facto de ser eu um homem sincero e despido de todo o fingimento; mas se este não bastar, empenharei essa mesma sincera amizade que v. consagrava a meu caro irmão, e que sem dúvida me obrigará a ser sempre – De v. – Am.o m.to af.o e obrg.o – Porto, rua da Boa Vista, n.o 45, 14 de dezembro de 1854. Alexandre J.e da S.a de Almeida Garrett.*<sup>22</sup>

Assim narra Francisco Gomes do Amorim uma visita que fez a Alexandre José: *Em 1855, estando no Porto, fui visitar Alexandre. As feições dos dois irmãos, sem deixarem de ter ar de família, pareciam-se tanto como as suas opiniões políticas. Alexandre leu-me alguns versos das suas Viagens a Leixões, que andava imprimindo; e com essa amostra fez-me perder a vontade de conhecer o resto da obra. Se fisicamente havia pouca semelhança entre eles, não tinham nem sombra de parentesco pelo lado poético. Conversamos muito, quase sempre a respeito do falecido. Alexandre falou-me penalizado das sensaborias que tivera com João, por causa da política. Respondi-lhe que os partidos não agradecem nunca semelhantes sacrifícios; e que a história nem sempre é justa com quem os faz.*

*Apresentou-me a sua mulher e filhos, que me acolheram com benevolência. Fiz-lhes três ou quatro visitas, nesse ano, e mantivemos correspondência ainda algum tempo. Depois, não tornei a ter ocasião de ir à rua da Boa Vista, e deixamos de escrever-nos.*<sup>23</sup>

Alexandre José desposou Angélica Isabel Cardoso Guimarães, que nasceu em 2 de fevereiro de 1803 e morreu em 16 de junho de 1822; era filha de Antonio Francisco Cardoso Guimarães, cavaleiro da Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa Real, major de milícias e negociante no Porto, e de Maria Isabel Vitória Salgado.

<sup>20</sup> AMORIM, Francisco Gomes de. *Garrett. Memórias biographicas.* Vol. III, pp. 654-5. Lisboa, 1884.

<sup>21</sup> AMORIM, Francisco Gomes de. *Garrett. Memórias biographicas.* Vol. III, p. 525. Lisboa, 1884.

<sup>22</sup> AMORIM, Francisco Gomes de. *Garrett. Memórias biographicas.* Vol. III, p. 526. Lisboa, 1884.

<sup>23</sup> AMORIM, Francisco Gomes de. *Garrett. Memórias biographicas.* Vol. III, pp. 527-8. Lisboa, 1884.

Alexandre José e Angélica tiveram:

**5.1) Francisco Xavier da Silva de Almeida Garrett, que segue.**

5.2) Cristina Xavier de Almeida Garrett. Nasceu no Porto em 1824 e foi celibatária.

5.3) Ana Mécia de Almeida Garrett. Nasceu no Porto em 1826 e morreu em Nápoles em 1873. Foi freira.

5.4) Rodrigo Xavier de Almeida Garrett. Nasceu no Porto em 13 de julho de 1827 e morreu na mesma cidade, em 30 de dezembro de 1879. Era bacharel em Direito, formado em Coimbra. Ao, em 1851, João Batista receber o título de Visconde, Alexandre José, pai de Rodrigo, ao mesmo tempo em que insistia para que o irmão escrevesse livro genealógico, pediasse, em favor de Rodrigo, nomeação para o lugar de delegado de justiça, a cuja obtenção Alexandre aspirava no fito de arredar o filho do Porto e evitar-lhe boda que reputava desvantajosa, não obstante abominasse o cargo, que julgava de pequenez humilhante.

Por que malograsses as diligências do visconde, o que lhe azedou o irmão, solicitou o primeiro que Rodrigo escrevesse ao pai declarando-lhe que *apesar dos seus bons desejos, não pudera empregar-lhe o sobrinho*.<sup>24</sup>

Esgotadas as tentativas de empregar Rodrigo, pediu-lhe o pai, a João, que este introduzisse-o no escritório de advocacia de Francisco Jerônimo ou de outro causídico, efeito para o qual Rodrigo passou a residir provisoriamente com o tio João Batista que, por sua vez, receoso de alterar a ordem da sua regrada vida doméstica, tentou escusar-se com os pretextos de passar exíguo tempo em casa, de lá jantar de raro em raro, por ter de visitar a sua filha, aluna no convento das Salésias, e outros motivos. Suspicaz de tais razões, Alexandre insistiu, ao que João Batista agastou-se, por lhe supor má vontade; volveu-lhe aquele *que não lhe punham [ele e a mulher] com essa pressa a nota de esquecido e descuidado*.<sup>25</sup>

Embora resistisse a onerar-se com o sobrinho, terminou João por acolhê-lo em casa. *Tinha deitado as suas vistas sobre mim, para o revezar na maçada de aturar o bacharel*, narra Gomes do Amorim. Tão logo Rodrigo chegou a Lisboa, João apresentou-o a este, pedindo-lhe que o apresentasse aos amigos comuns e *o aturasse com paciência*.<sup>26</sup> Rodrigo foi assíduo em casa de Gomes do Amorim, em que passou, diz este, o dobro do tempo do que passou em casa do tio, que procurava apenas para as refeições e para pernoitar. *Era excelente pessoa, e em breves dias adquiriu a minha confiança e amisade*, observa Amorim.<sup>27</sup>

Ao apresentá-lo a alguém, proferia João sempre alguma tirada, como verificou-se com Rebelo da Silva: *Agora deitei sobrinho, como o Senhor dos Passos deita capa nova!*<sup>28</sup>. Comprazia-se em exibi-los nos salões, *por que Rodrigo era inteligente*, frisa Gomes do Amorim.<sup>29</sup>

Certa feita, o tio visconde e Gomes do Amorim levaram-no à toirada, que ele desconhecia. Assistiu ao início da corrida, agarrado às bordas do camarote e suarento, frio e pálido, a tremer e fascinado; mirava fixamente o touro que percorria a arena, imóvel e alheio à presença do tio e do amigo, que, ambos, observavam-no compadecidos. Recolhidp o touro,

<sup>24</sup> AMORIM, Francisco Gomes de. *Garrett*. Memórias biographicas. Vol. III, p. 524. Lisboa, 1884.

<sup>25</sup> AMORIM, Francisco Gomes de. *Garrett*. Memórias biographicas. Vol. III, p. 524. Lisboa, 1884.

<sup>26</sup> AMORIM, Francisco Gomes de. *Garrett*. Memórias biographicas. Vol. III, p. 525. Lisboa, 1884.

<sup>27</sup> AMORIM, Francisco Gomes de. *Garrett*. Memórias biographicas. Vol. III, p. 525. Lisboa, 1884.

<sup>28</sup> AMORIM, Francisco Gomes de. *Garrett*. Memórias biographicas. Vol. III, p. 525. Lisboa, 1884.

<sup>29</sup> AMORIM, Francisco Gomes de. *Garrett*. Memórias biographicas. Vol. III, p. 525. Lisboa, 1884.

expressiu-lhe o tio: *Vamos embora, que eu tenho que dar contas de ti ao teu pai; Sim, tio; vamos. Nunca senti nada assim, nem quero sentir mais.*<sup>30</sup>

Após a morte do tio, em 1854, a sua família pretendeu que Rodrigo desposasse pessoa diversa da por quem se interessara, arranjo com que ele conformou-se, embora não se efetuasse o casamento pretendido. Terminou solteiro.

5.5) Carlota Joaquina Miguel de Almeida Garrett, nasceu no Porto em 1828 e morreu solteira em 1849. Era afillhada do infante D. Miguel.

5.6) Tomás de Aquino de Almeida Garrett, nasceu em 1830. Do seu casamento com Luísa Antonia Patrício Botelho de Lacerda Vilaça Bacelar houve o unigênito

6.1) Francisco Xavier de Almeida Garrett (1854-1926), casado com Maria Margarida da Costa e Almeida de Oliveira Maia (1854 – 1917), por sua vez pais de onze filhos, dentre quem:

7.1) Tomás de Aquino de Almeida Garrett (1883-1929) segundo Visconde de Almeida Garrett, título que usou a partir de 1920, já no regime republicano, por concessão inoficial de Manoel de Bragança, ex-rei Portugal. Uma vez substituída, em Portugal, a monarquia pela república, em 1910, aboliram-se os títulos nobiliárquicos, como o de visconde, que a partir de então se atribui em caráter meramente social, e não oficial, e por tradição familiar. Rigorosamente, inexistente o título de Visconde de Almeida Garrett desde a morte do primeiro visconde, que o recebeu para valer apenas durante a sua vida; o segundo visconde recebeu o título na vigência da república (quando já os títulos inexistiam), por atribuição de quem não encarnava autoridade capaz de concedê-lo, na medida em que Manoel de Bragança, não sendo rei, não poderia, legalmente, atribuir qualquer título nobiliárquico.

Tomás de Aquino desposou Teresa Maria Henriques de Lancastre (1873 – 1959) e tiveram:

8.1) Francisco Maria das Vitórias de Lancastre de Almeida Garrett, nascido em 1909, terceiro Visconde de Almeida Garrett,

7.2) Antonio de Almeida Garrett (1884 – 1961), casado com Maria Luis Ruiz Hernandez (1884 – 1965), de cujo casamento provieram, dentre outros:

8.1) César Ruiz de Almeida Garrett, nascido em 1912, que deixou geração em Santos, no Brasil, onde se radicou.

5-7) Maria Vitória de Almeida Garrett, nascida em 1835, casada com Francisco Correia de Freitas, com geração.

5.8) Rita de Cássia de Almeida Garrett, nasceu no Porto em 1835 e morreu solteira em 1852.

5.9) Joana do Carmo de Almeida Garrett, nasceu no Porto em 1836 e morreu solteira em 1855.

5.10) Helena da Cruz Xavier de Almeida Garrett, nasceu no Porto em 1839 e morreu em 1850.

5.11) Gonçalo Xavier de Almeida Garrett, nasceu no Porto em 1840 e morreu no mesmo ano.

5-12) Gonçalo Xavier de Almeida Garrett (1841-1925), casou-se em 1875 com Maria Joaquina Tavares de Almeida Proença (1850 – 1924). Tiveram:

6.2) Alexandre de Proença de Almeida Garrett (1877 – 1960).

6.5) Francisco Xavier de Almeida Garrett (1883 – 1971).

<sup>30</sup> AMORIM, Francisco Gomes de. *Garrett. Memórias biographicas*. Vol. III, p. 525. Lisboa, 1884.

5.13) José Maria Xavier de Almeida Garrett, nasceu no Porto em 1844 e morreu em 1899.

**5-1) Francisco Xavier da Silva de Almeida Garrett**, natural do Porto, Portugal, onde nasceu em 19.V.1823. Fidalgo da Casa Real, emigrou para Curitiba, onde se consorciou (com dezessete anos de idade) com Marianna da Silva Ferreira, conforme o documento o assento respectivo da catedral de Curitiba: *Aos quatorze dias do mes de Novembro do anno de mil oito centos e quarenta nesta Matriz de Nossa Senhora da Lus da vila de Coritiba dispensado de proclamas com provisão do ordinario desta villa as tres horas da tarde em minha presença e das testemunhas o Tenente Ricardo Lustoza de Andrade e Francisco de Paula Sousa aquele casado e este viuvo pessoas conhecidas e fregueses desta Parochia se receberão em matrimonio com palavras de presente Francisco Xavier da Silva de Almeida Garrett filho digo natural da cidade do Porto filho de José da Silva e de Angelica Isabel Guimarães, com Marianna da Silva Ferreira, natural desta Villa, filha legítima de Manuel da Silva Ferreira e de Maria da Rosa Ferreira todos fregueses desta Parochia: e logo receberão as benções nupciais conforme o Ricto da Santa Igreja. Do que para constar faco este assento.*

o

*O Vigr. Antonio Teixeira Camello  
Ricardo Lustoza de Andrade  
Francisco de Paula Souza*

Nota à margem, com letra e tinta diversas das do assento: “*O nome do pai é: Alexandre José Xavier da Silva de Almeida Garrett. P.Izidoro*” (livro de assentos de casamentos da catedral de Curitiba, número 7, folha 50, verso).<sup>31</sup>

Era comum, nos assentos paroquiais antigos, haver equívocos relacionados com a identificação dos pais e dos avós, das suas naturalidades e idades (estimadas, ao revés de exatas). Neste caso, houve incompletude que teria sido fatal na identificação da filiação do nubente: não fora o zelo do padre Isidoro em lançar-lhe o nome, completo, à margem, seria impossível estabelecer-se a ligação entre Francisco Xavier e o seu pai, Alexandre José, o velho.

Em 1855 tramitou, na primeira vara cível de Curitiba, processo entre Mariana da Silva Ferreira e Francisco Xavier, de reclamação, em que ela pretendia anular a conciliação celebrada entre ambos, em audiência judicial realizada por iniciativa dele em reação ao adultério dela.<sup>32</sup>

Por iniciativa de Francisco Xavier, ocorreram duas audiências conciliatórias; Mariana deixou de comparecer à primeira e compareceu à segunda, por procurador. Após a conciliação, Mariana insurgiu-se contra ela e, por procurador, interpôs reclamação a fim de anulá-la. No curso da ação de reclamação produziu-se carta precatória (ofício por que o juiz de uma comarca solicita uma diligência ao de outra) em que o juízo de Curitiba solicitou ao de Campo Largo que intimasse Francisco Xavier da existência daquela ação. Uma vez intimado Francisco Xavier, em Campo Largo, a precatória regressou a Curitiba e reintegrou-se aos autos da reclamação.

<sup>31</sup> A glosa marginal chamou-me a atenção, cerca de 1998, para a existência dos Almeida Garretts, no Paraná, quando rebuscava a linhagem dos Biscaias.

<sup>32</sup> Autos do Juízo de Paz de Curitiba, originários da primeira vara, intitulados “Francisco Xavier da Silva de Almeida Garrett Mariana da Silva Ferreira”, para todas as informações pertinentes ao processo de divórcio de Mariana e Francisco. Pertencem ao Arquivo Público do Paraná; foram-me transcritos em outubro de 2004 por Rosângela Maria Ferreira dos Santos.

Aos 9 de agosto de 1855 autuou-se, em Curitiba, a petição, de 7 daqueles mês e ano, de Mariana da Silva Ferreira em que ela, por seu advogado, o dr. Augusto Lobo de Moura, requeria a anulação do acordo firmado em audiência, com Francisco Xavier.

Fundamentava ela o seu petítório em que as condições do acordo não lhe convinham, mesmo por que ele padecia de irregularidades que o tornavam nulo, a saber: não se achar o seu procurador habilitado para representá-la naquele ato, não gozar de poderes ilimitados, como não se haver provado a impossibilidade de a própria Mariana comparecer à audiência, condições reunidas as quais a representação era legal, nos termos da lei de 15 de outubro de 1827, em seu artigo 5, parágrafo primeiro.

Ora, a lei em causa instituiu os juizados de paz, e previu, naqueles artigo e parágrafo: “Para a conciliação não se admitirá procurador, salvo por impedimento da parte, provado tal, que a impossibilite de comparecer pessoalmente, e sendo outrossim o procurador munido de poderes ilimitados”.

A procuração emitida por Mariana lavrou-se em Curitiba, em primeiro de agosto de 1855, em casa de Manoel da Silva Ferreira, aonde comparecera o tabelião Francisco Antonio da Costa; por meio dela, Mariana constituiu como seus representantes ao doutor Augusto Lobo de Moura e ao seu irmão João da Silva Ferreira, atribuindo-lhes “todos os seus poderes necessários em Direito para que em seu nome como se presente fosse possível em juízo, ou fora dele requerer tudo quanto for a seu benefício em todas as suas causas e demandas”, com poderes especiais para tratarem de ação de divórcio de que era ré, por iniciativa de Francisco Xavier. Tais poderes incluíam os de transigir em audiência de conciliação, conciliar, confessar, aceitar e “tudo quanto for feito pelos ditos seus Procuradores e Substabelecidos, haverá por valioso e firme”, sem, todavia, conferir poderes ilimitados aos mandatários.

Firmaram a procuração, como seus testigos, Cândido Martins Lopes e José de Freitas Saldanha.

A audiência de conciliação realizou-se aos 26 de julho de 1855, em Curitiba, sob a presidência do juiz de Paz, o Tenente Coronel Fidélis José da Silva Carrão. Apregoadas as partes, apresentou-se Francisco Xavier, que declarou ser matrimoniado com Mariana há cerca de quinze anos e exprimiu o seu propósito de divorciar-se, “por causa do adultério por ela cometido”. Requereu a citação de Mariana, para comparecer a audiência extraordinária, o que o juiz deferiu-lhe, marcando nova audiência para o mesmo dia.

Apregoadas as partes, na segunda audiência do dia 26 Mariana mandou participar que se achava impossibilitada de comparecer e que, sendo possível postergá-la, compareceria na data que se designasse. O juiz acedeu-lhe à solicitação e fixou a audiência para o dia 3 de agosto.

Com efeito, naquela data celebrou-se a audiência, presidida pelo mesmo juiz de paz, presentes Francisco Xavier e João da Silva Ferreira.

Proposta a conciliação, obteve o juiz, de ambas partes, assentimento ao divórcio, com a condição de que, consumado ele, inventariassem os seus bens, por meio de louvados (peritos), e os partilhassem amigavelmente. Perguntado, a seguir, o procurador da ré, pelo autor, se negava o adultério praticado pela sua constituinte, respondeu ele que “não negava antes confeçava o Adultério”, porém “os motivos que obrigarão assim a praticar elle procurador por força maior cala”, dito o que, o autor, no fito de se evitarem as dificuldades próprias de um inventário, propôs ao representante da ré propiciar-lhe, a ela, a soma de duzentos mil réis, a título de divisão do patrimônio do casal, “por esta forma dando-se o inventario por concluído sem direito mais



algum da mesma constituinte”, sobre quaisquer bens que se devesse incluir no inventário, exceto os que se encontravam na posse da ré.

Respondeu João da Silva Ferreira que consultaria a sua constituinte quanto à conveniência de aceitar o valor oferecido e logo a seguir, alterando o seu entendimento, aceitou-o.

Por proposta de Francisco Xavier, a ré obrigou-se a constituir procurador em São Paulo, para defender-se no processo eclesiástico de divórcio, que ele proporia naquela cidade, caso a ela não conviesse a tramitação do processo à sua revelia.

O juiz declarou conciliadas as partes e sentenciou nos termos acordados.

Em 20 de agosto, o juiz despachou o pedido de reclamação de Mariana: determinou que o escrivão tomasse-o por termo e emitisse carta precatória ao juízo de Campo Largo, para intimar-se Francisco Xavier. No mesmo dia, o escrivão Honorato José Alves de Brito intimou do despacho ao dr. Augusto Lobo de Moura, que no dia subsequente compareceu ao cartório em que corria o processo, onde o escrivão lavrou o termo de reclamação, em que Mariana (por seu advogado) reclamava do termo de conciliação de 3 de agosto e cuja nulidade alegou. Firmaram o termo de reclamação o escrivão, o advogado de Mariana e as testemunhas Francisco Ignácio da Rocha e Manoel de Freitas Saldanha.

A seguir, o escrivão redigiu a carta precatória, que reproduzia inteiramente os atos praticados nos autos da reclamação. O juiz firmou-a em 23 de agosto; dois dias após, o de Campo Largo, Paula Xavier, despachou nela “Cumpraçe”; no mesmo dia, Francisco Xavier foi dela intimado; aos 4 de setembro, os autos da precatória regressaram à origem, a saber, aos autos da reclamação, aos quais o escrivão juntou-os no mesmo dia.

Em 4 de outubro de 1855, o escrivão da vara cível de Curitiba recebeu, em devolução, de Campo Largo, a precatória cumprida, do que lavrou termo, derradeiro ato dos autos.

Deste processo extraem-se as seguintes ilações e informações:

- 1- Em 1855, Mariana da Silva Ferreira habitava Curitiba e Francisco Xavier, Campo Largo, onde foi citado, por precatória. Que lá residia, decorre de declaração expressa do dr. Augusto Lobo de Moura, em seu requerimento de expedição da precatória: “[...] se intime por precatória a seu marido Francisco Xavier da Silva Garret, visto morar na Freguezia de Campo Largo.”
- 2- Naquele ano os filhos do casal eram dois, segundo se lê no termo da audiência de 26 de julho: “[...] bem como que fiquem os dous filhos do Casal [...]”. Ora, os dois filhos correspondiam a Alexandre José e a Ricardo Xavier.
- 3- Mariana tinha por irmão a João da Silva Ferreira, segundo se averigüia da procuração que lhe emitiu: “[...] seus Procuradores bastantes, nesta Cidade de Coretiba aos Senhores Doutor Augusto Lobo de Moura, e a seo Irmão João da Silva Ferreira [...]”.
- 4- Francisco Xavier decidiu divorciar-se por adultério de Mariana: “[...] quer divorciarse da Supplicada por causa do Adultério por ela cometido [...]”.
- 5- Mariana confessou o adultério: “[...] preguntado ao mesmo procurador [João da Silva Ferreira] se negava o Adulterio praticado pela sua constituinte [...] o que foi Respondido que não negava antes confeçava o Adulterio da sua Constituinte porem os motivos que obrigarão assim o praticar elle procurador por força maior cala [...]”.
- 6- O divórcio envolvia processo canônico em São Paulo, que Francisco Xavier tencionava propor: “[...] ficou sua Constituinte obrigada a nomear procurador em São

Paulo para falar a ação de Devorcio que elle Supplicante passava a propor no Juizo excleziastico daquela Capital”. Aparentemente, Francisco Xavier não o propôs ou, havendo-o proposto, não se logrou divorciar, porquanto figura como casado no seu registro de óbito e figura ela como viúva, no seu (a menos que ambos registros contivessem equívoco o que, aliás, não era raro ocorrer, nos registros de nascimento, casamento e óbito.).

Entre agosto de 1851 e dezembro de 1855, Francisco serviu de padrinho de batismo de dez crianças batizadas em Campo Largo. Apadrinhou mais crianças em 1883, no mesmo sítio. Eis as do lapso de 1851 a 1855:<sup>33</sup>

1) José, filho de Maria Joaquina e de pai incógnito, batizado em Campo Largo em 8 de janeiro de 1851 (livro de batizados da igreja Nossa Senhora da Piedade, número 3, folha 37, verso).

2) Paulo, filho de Domingas Maria e de pai incógnito, batizado em Campo Largo, 24 de agosto de 1851 (livro de batizados da igreja Nossa Senhora da Piedade, número 3, folha 33, verso).

3) Pedro, batizado em 31 de dezembro de 1882, em Campo Largo; afilhado de Francisco Xavier e de sua mulher Ledoína (livro de batizados da igreja Nossa Senhora da Piedade).

4) Josefa, filha de Manoel Fagundes e de Maria do Pilar, batizada em Campo Largo, 26 de dezembro de 1852 (livro de batizados da igreja Nossa Senhora da Piedade, número 3, folha 62).

5) Josselina, filha de Francisca Maria, batizada em Campo Largo, em 9 de maio de 1853, moribunda (livro de batizados da igreja Nossa Senhora da Piedade, número 3, folha 68).

6) Paulina, filha de Ana da Luz e de pai incógnito, batizada em Campo Largo, em primeiro de fevereiro de 1855 (livro de batizados da igreja Nossa Senhora da Piedade, número 3, folha 114, verso).

7) Maria, filha de Joaquina Maria Vaz e de pai incógnito, batizada em Campo Largo, em 6 de maio de 1855; batizanda, mãe e padrinho eram fregueses da igreja em que se batizou (livro de batizados da igreja Nossa Senhora da Piedade, número 3, folha 122, verso).

8) Manoel, filho de Francisca dos Santos, batizado em Campo Largo, em 27 de agosto de 1855; batizando, mãe e padrinho eram fregueses da igreja em que se batizou (livro de batizados da igreja Nossa Senhora da Piedade, número 3, folha 132).

9) Francisco, filho de Francisca de Castro e de pai incógnito, batizado em Campo Largo, em 11 de outubro de 1855; batizando, mãe e padrinho eram fregueses da igreja do batizado (livro de batizados da igreja Nossa Senhora da Piedade, número 3, folha 134, verso).

10) Isaías, filho de Manoel Custódio Natel e de Laurinda Rosa do Nascimento, batizado em Campo Largo, de onde eram fregueses, em 31 de outubro de 1855 (livro de batizados da igreja Nossa Senhora da Piedade, número 3, folha 137).

Antonio de Paula Xavier publicou, no *Dezenove de Dezembro*, de 30 de maio de 1877, agradecimento a Francisco Xavier:

*“O abaixo assignado eternamente reconhecido, vem por meio deste, agradecer a todas as pessoas que tomaram parte e cuidados na enfermidade que ultimamente soffrera sua esposa Leocadia de Paula Franco; com especialidade ao Sr. Dr. Manoel Pedro dos Santos Lima, pelos*

---

<sup>33</sup> Pesquisa nos livros de registros da igreja de Nossa Senhora da Piedade, em Campo Largo, permitirá identificar os batizados de 1883.

*acertados medicamentos que receitou, e aos Srs. Manoel Antonio de Andrade e Francisco Xavier de Almeida Garret, zelos que tiveram durante aquella enfermidade.*

*Campo Largo, 1 de Maio de 1877.*

Antonio de Paula Xavier.”

Em julho de 1886, quinze pessoas cotizaram-se para a aquisição de bilhetes da loteria de Pernambuco, que pagaria mil contos. Os cotistas adquiriram meios, quartos, décimos e vigésimos, que totalizaram 150 réis, em que cada partícipe desembolsou dez réis, dentre eles Francisco Xavier de Almeida Garrett. A gazeta *Dezenove de Dezembro* publicou a numeração dos bilhetes e a nominata dos consócios, com os respectivos desembolsos.<sup>34</sup>

Francisco Xavier morreu em Campo Largo em 31 de janeiro de 1891<sup>35</sup>, e Mariana, em Curitiba, aos 18 de novembro de 1905, aos 82 anos de idade, segundo se verifica dos respectivos registros: *Aos trinta e um dias do mes de janeiro de mil oitocentos e noventa e um, nesta Cidade de Campo Largo, falleceu da vida presente proveniente de congestão pulmonar, Francisco Xavier d'Almeida Garret de sessenta e cinco annos de idade, casado com Marianna Ferreira. Foi o seu corpo encommendado e supultado neste Cemiterio. Do que para constar mandei fazer este assento que assigno. O Vig.ro Antonio Machado Lima* (registros de óbitos da igreja de Campo Largo, livro 6, folha 39).

O de Mariana: *A dezoito de Novembro de mil nove centos e cinco, nesta Cidade de Curitiba, falleceu Mariana Ferreira da Silva Garret de oitenta e dois annos. Viuva de Francisco Xavier d'Almeida Garret. Teve encommendação e sepultura no Cemiterio público. O Cura, Mons Celso Itiberê da Cunha* (livro de óbitos da catedral de Curitiba, número 16, folha 24).

No Clube Literário de Campo Largo, fundado em 19 de agosto de 1875, Francisco serviu de bibliotecário, ao menos no primeiro ano da sua existência.<sup>36</sup> Dez anos depois, em 2 de agosto de 1885, foi eleito vice-presidente do mesmo grêmio, por ocasião da eleição da sua nova diretoria.<sup>37</sup>

Francisco Xavier clinicou em Curitiba, pelo que se deduz haver adquirido conhecimentos de medicina. Foi ourives, ervateiro e proprietário de duas casas de morada em Curitiba, de uma em Campo Largo e de outra em S. Luiz do Purunã, à beira da estrada do Viamão (que serviu de caminho das tropas de cavalos, entre Sorocaba e Viamão, no Rio Grande do Sul). Na casa de S. Luiz do Purunã, em que possuía terras imensas, hospedaram-se o imperador D. Pedro II e a imperatriz d. Teresa Cristina, na sua visita ao Paraná, em 1880.

Por ocasião da imperial visita, fundou-se, em Campo Largo, a *Sociedade emancipadora 24 de maio* (destinada a alforriar escravos), presidida por Francisco Xavier e que se inaugurou em 23 de maio de 1880, com a presença do imperador que, na inauguração, entregou três cartas de alforria obtidas com os fundos da entidade, dirigiu benévolas palavras a Francisco e, por fim, ofereceu a ela o montante de um conto de réis.<sup>38</sup>

Na secção “A pedido” da gazeta curitibana *Dezenove de Dezembro*, Francisco fez inserir publicação da sua autoria, relativa ao acontecimento:

<sup>34</sup> *Dezenove de Dezembro*, de 5 de julho de 1886.

<sup>35</sup> Por memória de Francisco, Mariana e seus filhos fizeram dizer missa na catedral de Curitiba, em primeiro de março de 1891. (*A Republica*, de 7 de fevereiro de 1891).

<sup>36</sup> *Dezenove de Dezembro*, de 14 de outubro de 1876. Era bibliotecário em 19 de agosto do mesmo ano, ao se completar o primeiro ano de existência do Clube Literário.

<sup>37</sup> *Dezenove de Dezembro*, de 16 de agosto de 1885.

<sup>38</sup> *Dezenove de Dezembro*, de primeiro de junho de 1880.

*O presidente da Emancipadora, creada na villa de Campo Largo, em nome da associação que representa e no seu proprio, agradece a subida honra que, por ocasião da inauguração da mesma, ella e elle acabam de receber, em primeiro lugar, de S. M. o Imperador, por sua generosa protecção; em segundo dos Exms. Srs. Visconde de Tamandaré, ministro da agricultura e presidente da provincia, por seus affectuosos e delicados cumprimentos; em terceiro a todas as autoridades do logar, ecclesiastica [...] e civis, à Ilma. Camara municipal e loja maçonica - Virtude de Campo Largo – representadas por suas commissões, e a todas as senhoras e pessoas gradas que se dignaram autorisar o acto com suas presenças. Ainda e muito particularmente agradece ás Illmas. Sras DD. Maria Rocha de Miranda, Balbina Rocha Kuster, Maria Saldanha Rocha, Maria Kuster, Florisa da Gloria e Souza, Rosalina Luiza de Souza e Maria da Luz Garret a expontaneidade com que se organisaram em commissões de soccoros [sic] á Emancipadora. Mais agradece ao menor Juvenal Alves Pereira Martins o discurso que recitou pedindo auxilio, aos companheiros de infancia, para libertar, do onus de servir, alguma ingenua que se apresente nas condições, dos estatutos da Emancipadora, dando sua offerta, tomada de seu peculio de brinquedos e recebendo varias outras. Muito agradece os discursos proferidos pela Illma. Sra. D. Maria Rocha de Miranda, pelo Illm. Sr. Joaquim Serapião do Nascimento, que tão bondosamente se prestou a servir de orador da casa, Alfredo Luiz de Oliveira Cercal, Elysio de Oliveira Vianna, bem como as bonitas poesias recitadas pela Illma. Sra. D. Rosalina Luiza de Souza e pelo Sr. Elysio de Oliveira Vianna. Agradece finalmente a honra, que, elle e o secretario da associação o Sr. Alexandre Magno de Oliveira Jorge, receberam da commissão das distinctas Sras. que os encontraram ao entrar no salão e acompanharam a seus logares, a valiosa coadjuvação da transacta dircetoria e os esforços de todos os socios.*

*Digne-Se [...], pois, S. M. Imperial; dignem-se SS. Exs. e todos, aceitar a tosca, mas sincera expressão de reconhecimento do presidente da Emancipadora*

*Francisco Xavier de Almeida Garret.*<sup>39</sup>

Formou-se associação em que quarenta e nove pessoas e entidades cotizaram-se e adquiriram quarenta bilhetes da loteria de S. Paulo, cujo produto destinava-se à construção do monumento do Ipiranga. Francisco Xavier gerenciou a associação e, como tal, conservou os bilhetes, cujos números de série e cuja nominata de adquirentes publicou o *Dezenove de Dezembro*, em 11 de dezembro de 1880.<sup>40</sup>

Em agosto de 1884, o Clube Literário de Campo Largo comemorou o seu nono aniversário, com baile e sessão solene, em que tomou posse a nova diretoria, composta por Antonio Macedo, Albino Silva, Agostinho Macedo, Constantino Souza, Joaquim Gabriel e Almeida Garrett, que discursou e que não se encontra, na notícia do *Dezenove de Dezembro*, identificado por prenome: cuidava-se de Francisco Xavier ou de um dos seus filhos, Ricardo ou Alexandre.<sup>41</sup>

Francisco e Mariana tiveram:

**6.1) Ricardo Xavier de Almeida Garrett**, batizado em Curitiba, em 10 de setembro de 1841, com 8 dias de vida (livro de batismos da catedral de Curitiba, de número 20, folhas 49 a 52). Em maio de 1883 achava-se casado com Ledoína Maria da Conceição e residiam em Campo

<sup>39</sup> *Dezenove de Dezembro*, de 3 de julho de 1880.

<sup>40</sup> *Dezenove de Dezembro*, de 11 de dezembro de 1880.

<sup>41</sup> *Dezenove de Dezembro*, de 21 de agosto de 1884.

Largo. Em 29 de novembro de 1883, foi nomeado para o Estado Maior da Guarda Nacional de Campo Largo; era, então, tenente ajudante e servia como secretário.<sup>42</sup> Era, quiçá, o pai ou o avô de Eduardo de Almeida Garrett, presente na lista de colaboradores, no Paraná, da Revolução Federalista (1894), na qual figura como “Patrão do escaler da mesa de rendas de Antonina”.<sup>43</sup>

No Arquivo Público do Paraná, em rol de processos da primeira vara cível de Curitiba, consta a existência de petição de Ricardo Xavier, de 1884.

Em 1884, o juiz municipal de Campo Largo, Francisco Itaciano Teixeira, foi objeto de maquinacões, movidas por José Olinto Mendes de Sá, para desagrar-se das quais invocou alguns testemunhos, dentre os quais o de Ricardo Garrett. No número 75 do *Jornal do Commercio*, publicou-se representação dirigida ao presidente da província, em que se lhe requeria a suspensão prévia de Francisco Teixeira e abertura de inquérito, por alegada incursão no artigo 151 do Código Penal, que remete o ato criminoso ao de número 150, cuja redação enunciava: *Solicitar, ou seduzir mulher, que perante o empregado litigue, esteja culpada, ou accusada, requeira, ou tenha alguma dependencia.*

Francisco Teixeira reagiu mediante publicação na gazeta *Dezenove de Dezembro*, de 16 de novembro de 1884<sup>44</sup>, em que se recusou a ventilar do mérito da acusação, de que trataria somente se compelido a tal, *séria e legitimamente*, vale dizer, se de fato o presidente da província o sindicasse. Segundo a longa nota de Francisco Teixeira, dos cinqüenta e nove signatários da representação, quarenta e quatro pertenciam às famílias locais, e aos seus filhos, caixeiros, agregados e dependentes; dez, a réus que haviam assinado, perante Francisco Teixeira, termo de bem viver e a quem ele condenara por crime comum ou prendera preventiva e correccionalmente; outros subscritores eram *libertos e vagabundos notoriamente conhecidos*. Das restantes assinaturas, algumas haviam sido obtidas à falsa fé e desautorizadas pelos respectivos autores por declarações emitidas adrede.

Assim, Alvaro Ayres do Nascimento declarou (em 20 de outubro de 1884) haver sido embaído por José Olinto, que lhe captou a assinatura por meio de *estratégia vil e desprezível*, sem consciência do fito a que se destinava. Outra declaração proveio de José Antonio Gonçalves Brás e de João Pinto Rebello: datada de 21 de outubro de 1884, confessaram haver subscrito a representação por deverem obrigações a José Olinto, como por amizade, sem outro motivo para fazê-lo. Em 13 de novembro de 1884, João José de Oliveira Barbosa declarou não haver subscrito o requerimento e que jamais o faria. Romualdo Ferreira de Azevedo Portugal, escrivão do juízo de Campo Largo, atestou (em 19 de setembro de 1884) inexistir qualquer processo em curso, movido por Vitalina Gonçalves dos Passos nem pela sua filha Florentina ou Laurentina Gonçalves dos Passos, contra Francisco Teixeira.

Por sua vez, Ricardo Xavier de Almeida Garrett retratou-se, em 25 de outubro de 1884, da assinatura que apusera no requerimento e que lhe fora obtida sub-repticiamente: *Illmo. Sr. Dr. Francisco Itaciano Teixeira – Chegando ao meu conhecimento que o meu nome se acha entre os signatarios de uma representação contra V. S. apresso-me em declarar-lhe que sendo instantemente rogado por dois amigos daqui para em confiança assignar um papel dizendo-se que a minha assignatura traria apenas para mim um compromisso de 5\$ a 10\$ assignei sem ler o referido papel não tendo intenção e portanto não sabendo que se referia a V. S. contra quem*

<sup>42</sup> *Dezenove de Dezembro*, de primeiro de janeiro de 1884.

<sup>43</sup> *Florianópolis, Memórias e Documentos*, vol. VI, página 475, 1941.

<sup>44</sup> *Dezenove de Dezembro*, de 16 de novembro de 1884, para todas as informações relativas a este caso.

*não tenho motivo algum para representar. Fique pois V. S. sabendo que a minha assignatura nessa representação foi obtida subpreteciammente<sup>45</sup> por aquelles senhores que se dizendo meus amigos entenderam abuzar da confiança que nelles depositei Se por ventura houvesse alguma representação para V S. não sahir do termo eu seria o primeiro a assignar. Póde V. S fazer desta minha carta o uso que lhe convier. Sou de V S. Cr. e Obr. S. Luiz, 25 de Outubro de 1884. – (Assignado RICARDO XAVIER DE ALMEIDA GARRETT.<sup>46</sup>*

Já em 1886, Ricardo fez inserir na gazeta *Dezenove de Dezembro* agradecimento ao dr. Moysés Marcondes:

#### AGRADECIMENTO

*Venho dar um publico e solemne testemunho de quanto me acho penhorado de gratidão para com o digno e illustrado medico, o Ilmo. Sr. Dr. Moyses Marcondes.*

*Achando-se minha senhora gravemente enferma, tive a boa inspiração de recorrer a S. S. que immediatamente prestou-se a tratá-la, e com tanto acerto e habilidade, que élla havendo obtido sensiveis melhoras, acha se neste momento em caminho de completo restabelecimento.*

*Aceite o joven e illustrado medico os meus cinceros (sic) agradecimentos e os da minha senhora, pedindo-lhe que se não offenda por ter me valido deste meio para tornar publica a minha gratidão, que será eterna.*

*S. Luiz, 22 de Agosto de 1886.*

*Ricardo Xavier de Almeida Garret.<sup>47</sup>*

O periódico *Guahyra*, de 16 de outubro de 1887, veiculou *alusões maliciosas e ofensivas à pessoa do Sr. Dr. Augusto Lobo de Moura*, juiz de direito da comarca de Campo Largo, pelo que dezenas de cidadãos produziram declaração em seu desagravo, como *testemunho da sua reprovação a tão injustas e miseráveis alusões*. Datada de Campo Largo e de 27 de outubro de 1887, publicada pelo *Dezenove de Dezembro* de 5 de novembro de 1887, *Ricardo Xavier d' Almeida Garret, lavrador* (como constou) foi-lhe subscritor, juntamente com autoridades públicas, oficiais, comerciantes, empregados públicos e lavradores.<sup>48</sup>

Por ocasião do óbito de Patrocínia, filha de Francisco Xavier e de sua mulher Ledoína, publicaram eles na gazeta *Dezenove de Dezembro* esta nota:

#### AGRADECIMENTO

*Ricardo Xavier d'Almeida Garret, Liduina Garret e filhos penhoradissimos agradecem aos humanitarios profiscientes medicos Drs. J. do Rego Raposo e Victor do Amaral e Silva o desvelo e esforços que empregaram para combater a fatal molestia que arrebatou-lhes deste mundo a sua querida filha e irmã Patrocínia, assim como a todas as pessoas que acompanharam os seus restos mortaes na cidade de Curityba.*

*S. Luiz do Purunã, 28 de Fevereiro de 1888.<sup>49</sup>*

Ricardo Xavier de Almeida Garrett teve:

7.1) Itelvina, batizada em Campo Largo em 14.V.1883.

7-2) Patrocínia, anterior ou posterior à de número 7.1, e morta em março de 1888.

7-3) João de Almeida Garrett. Era tenente-coronel; comandou troço de homens que de Castro dirigiu-se à Lapa. Possuiu a herdade em S. Luiz do Puruná, anterior pertença do seu pai,

<sup>45</sup> Galha por sub-repticiamente.

<sup>46</sup> *Dezenove de Dezembro*, de 16 de novembro de 1884.

<sup>47</sup> *Dezenove de Dezembro*, de 25 de agosto de 1886.

<sup>48</sup> *Dezenove de Dezembro*, de 5 de novembro de 1887.

<sup>49</sup> *Dezenove de Dezembro*, de 8 de março de 1888.

em cuja morada hospedaram-se d. Pedro II e a imperatriz Teresa Cristina. Em março de 2005, os seus descendentes conservavam a cama em que pernitoiu a princesa, na casa, e fotografia, grande, emoldurada, de Ricardo Xavier.

Ricardo Xavier também teve, por filhos, Francisco e Dinarte.

Viúvo, casou-se com Carolina ou Bernardina, com quem teve Maria Joana.

**6.2) Alexandre José de Almeida Garrett**, o moço<sup>50</sup>. Nasceu em 1844<sup>51</sup>, quiçá em Morretes; morreu em junho de 1903, provavelmente no dia 15 ou 16 e provavelmente na cidade da Lapa (Paraná), em que, no dia 16, o médico João Cândido Ferreira e o farmacêutico Westphalen (ambos com atuação naquela cidade) atribuíram-lhe, como causa de morte, congestão pulmonar.<sup>52</sup> Os seus familiares convidaram para missa de sétimo dia, a celebrar-se em Curitiba, em 22 de junho, pelo que deduzo haver falecido em 15 daquele mês.<sup>53</sup>

Eis a invitation para a missa de sétimo dia:

*ALEXANDRE DE ALMEIDA GARRETT*

*D. Mariana Ferreira da Silva Garrett, d. Veronica Garrett e seus filhos, André Garrett e sua mulher e filhos, João Felipe Santiago e sua mulher d. Maria da Luz Garrett Santiago, João Chrisostomo de Almeida Garrett, sua mulher e filhos, Ricardo de Almeida Garrett, sua mulher e filhos (ausentes) João Chrispim Caetano da Silva, sua mulher e filhos (ausentes), Vicente Ferreira de Araujo, Benedicto Pereira da Silva, João Francisco de Ramos, sua mulher d. Barbara da Luz Ferreira Ramos e seus filhos, convidam aos seus parentes e amigos afim de assistirem a missa do setimo dia que mandam celebrar na Cathedral do Bispado, nesta cidade no dia 22 do corrente ás 8 ½ horas da manha pelo reposo (sic) eterno de seu inditoso e presado filho, marido, pai, sogro, irmão e avó (sic)*

*ALEXANDRE DE ALMEIDA GARRETT*

*pelo que desde já se confessam summamente agradecidos ás pessoas que comparecerem.*

*Será celebrante o exmo. sr. conego Braga.*<sup>54</sup>

A nota de ausentes, atribuídos a Ricardo de Almeida Garrett e aos seus, deve-se a residirem em Campo Largo.

Segundo já inexistente lápide do túmulo da família Almeida Garrett (ela desapareceu na reforma dele, cerca de 2015), no cemitério municipal de Curitiba (na primeira rua, à esquerda), ali jaz.

Consoante o seu bisneto, Coronel Aristides Garrett do Prado, Alexandre José integrou a polícia da então província do Paraná a partir da criação daquela, em 1854, ou, com certeza, após a guerra do Paraguai, em que serviu como voluntário da pátria e corneteiro.<sup>55</sup> Integrou a banda de música da polícia do Paraná, em que tocava clarinete.

<sup>50</sup> Há autógrafa de Alexandre no livro de casamentos da catedral de Curitiba, número 14, folha 51, de 1886.

<sup>51</sup> Rol de votantes (nas eleições primárias, nas de vereadores e nas de juizes de paz) publicado na gazeta *Dezenove de Dezembro* (de 29 de abril de 1876) que lhe atribui, então, a idade de trinta e dois anos. A mesma informação no mesmo periódico, em 16 de agosto de 1876.

<sup>52</sup> *A Republica*, de 22 de junho de 1903.

<sup>53</sup> *A Republica*, de 18 e 19 de junho de 1903.

<sup>54</sup> *A Republica*, de 18 e 19 de junho de 1903.

<sup>55</sup> A Polícia Militar do Paraná mantém vultoso arquivo de dezenas de *in-folios* encadernados, em que se registrou a carreira dos seus componentes. O primeiro volume registrava os dados relativos a Alexandre de Almeida Garrett, era o único de formato pequeno e desapareceu. Em 2004, o então comandante da Polícia, coronel Davi Pancotti,

Em princípio, não nasceu em Curitiba, tampouco em Campo Largo (lugares em que não se lhe encontra assento de batismo) e sim, possivelmente em Portugal ou em Morretes, porquanto em *O Paraná na guerra do Paraguai*, de David Carneiro (edição de 1940), acha-se a fotografia de uma corneta, com esta legenda: “Corneta que foi empunhada por um filho de Morretes, no 27 de voluntários da Pátria, e que tocou carga e vitória na batalha de 24 de Maio de 1866”. Ora, Alexandre José foi voluntário da pátria e corneteiro na guerra do Paraguai, no posto de sargento. Não havendo nascido em Curitiba nem em Campo Largo, terá, possivelmente, nascido em Morretes, o que se compagina com os dados da legenda que, a referirem-se-lhe, identificam-lhe o local de nascimento, o regimento que integrou e uma batalha de que participou. São dados por confirmar nos livros mestres da Polícia Militar, de que desapareceram os relativos ao lapso de 1854 a 1883 e em que Aristides Garrett do Prado leu a folha corrida de Alexandre José, que (aparentemente) continha os dados acima.

É de notar-se que em seu livro, David Carneiro apresenta rol de 490 dos 2.500 homens com que o Paraná participou do conflito contra o Paraguai, constituído com base na folha *Dezenove de Dezembro*, nominália em que não figura o nome de Alexandre José, pelo que corresponde (em tese) a dado novo o de que participou da guerra do Paraguai, e como corneteiro das tropas brasileiras.

Em 1876 estava casado, sabia ler, era ourives, auferia 500 réis de renda, era elegível em Curitiba e fora alistado como eleitor, em Curitiba, nas eleições primárias, de vereadores e de juizes de paz.<sup>56</sup>

O nome Alexandre Garret consta no rol de guardas nacionais aptos para o serviço ativo, em 1884.<sup>57</sup>

Há autógrafo de Alexandre no livro 14, folha 51, de casamentos, da catedral de Curitiba, respectivo ao ano de 1886.

No balanço de despesas e receitas do mês mariano (efetuado em Curitiba), em 1885, imputou-se dispêndio de três contos, por “Serviços do Sr. Alexandre Garrett”.<sup>58</sup> Ele foi eleito mesário da irmandade do Senhor Bom Jesus dos Perdões (de Curitiba), em 5 de agosto de 1887.<sup>59</sup> Já em 1889, o seu nome consta no rol de eleitores da paróquia de Curitiba, como pertencente ao sétimo quarteirão.<sup>60</sup>

Em 1890, foi nomeado para exercer o cargo de escrivão da colônia do Jataí.<sup>61</sup>

Em 1893, foi qualificado para servir a Guarda Nacional.<sup>62</sup>

Em 1894, participou do cerco da Lapa.

Em 1898, era eleitor, alistado no décimo quinto quarteirão da quinta secção de Curitiba<sup>63</sup>; permanecia alistado no mesmo quarteirão, em 1903.<sup>64</sup>

determinou (a minhas instâncias) buscas nas dependências do quartel-general e nas casas (de residência em Curitiba e de praia) de um capitão, já falecido e que se ocupava com pesquisas históricas, infrutiferamente.

<sup>56</sup> *Dezenove de Dezembro*, de 29 de abril e de 16 de agosto de 1876.

<sup>57</sup> *Dezenove de Dezembro*, de 6 de julho de 1884.

<sup>58</sup> *Dezenove de Dezembro*, 2 de julho de 1885. Sem mais informações.

<sup>59</sup> *Dezenove de Dezembro*, 14 de agosto de 1887.

<sup>60</sup> *Dezenove de Dezembro*, 27 de agosto de 1889.

<sup>61</sup> *A Republica*, de 21 de maio de 1890.

<sup>62</sup> *A Republica*, de 21 de dezembro de 1893.

<sup>63</sup> *O Município*, de 29 de janeiro de 1898.

<sup>64</sup> *A Republica*, de 16 de julho de 1903.



Alexandre José desposou, em primeiras núpcias, Filomena Francisca Mello, como o atesta o assento respectivo da catedral de Curitiba: *Aos quinze dias do mes de julho de mil oitocentos e sessenta e nove, nesta Matriz de Curitiba, d'onde os contrahentes são naturaes e fregueses, depois de proclamados e sem impedimento algum, em minha presença e das testemunhas Antonio José Rodrigues, e José da Silva Ferreira, as quatro horas da tarde, se recebo solenemente em Matrimonio Alexandre José de Almeida Garrett, filho legitimo de Francisco Xavier de Almeida Garrett e Mariana da Silva Ferreira, com Philomena Francisca Mello, filha legítima de Raimundo José de Mello e Maria Francisca de Mello; e na mesma ocasião receberão as Benções Nupciais do que fiz este assento.*

o do  
O Vigr. Agostinho Max. Lima.<sup>65</sup>

Filomena de Almeida Garrett finou-se em 1877, segundo o assento de óbito respectivo: *Aos trinta de julho de mil oito centos e setenta e sete, nesta Cidade, falleceu Philomena de Almeida Garrett, de vinte quatro anos d'idade, cazada com Alexandre José de Almeida Garrett. Foi sepultada no Cemitério publico desta cidade. Do que para constar mandei fazer este assento.* (livro de registro de óbitos da catedral de Curitiba, número 8, folha 58).

O trânsito de Filomena motivou esta publicação, no *Dezenove de Dezembro*, de 4 de agosto de 1877:

*Alexandre José de Almeida Garret, penhorado da mais profunda gratidão, tributa reconhecimento ao distincto e humanitario medico Dr. José Candido da Silva Murici pelos soccorros que prestou durante a enfermidade de sua esposa Philomena Garet.*

*Agradece cordialmente aos Revs Srs. padre Agostinho Machado Lima, Jordão H. Pedroso e os Srs. Jacintho Manoel da Cunha, Manoel de Freitas e mais musicos a maneira desinteressada com que se prestaram a coadjuvar no funeral, e convida as pessoas da sua amisade para assistirem a missa do 7º dia, segunda feira 6 do corrente, às 8 horas da manhã ; e desde já se confessa grato por mais este acto de caridade.*

No mesmo ano de 1877, em junho, agradeceu ao dr. Muricy mediante outra publicação, no dia 23, também no *Dezenove de Dezembro*:

*Alexandre José de Almeida Garet agradece por meio destas linhas, unico de que dispõe, ao distincto medico Dr. José Candido da Silva Murici pelos soccorros que gratuitamente dispensou a uma sua filhinha que esteve à morte.*

Transacto um ano, memorou a sua mulher, por missa, para que convidou por publicação no *Dezenove de Dezembro*, de 25 de julho de 1878:

*Alexandre José d'Almeida Garret manda no dia 30 do corrente celebrar na igreja matriz uma missa pelo anniversario do fallecimento de sua mulher D. Philomena de Mello Garret.*

*Convida, portanto, aos seus parentes e os da finada e as pessoas de sua amisade a assistirem a este acto, pelo que se confessa grato.*

Viúvo, Alexandre José desposou Maria da Luz Bandeira: *Aos dezoito de Setembro de mil oitocentos e setenta e sete, nesta Matriz de N. Sa. da Luz de Curitiba, em minha prezença e das testemunhas o Reverendo Jordão Homem Pedrozo e Gabriel Chorical, depois de proclamados, sem aparecer impedimento algum, se recebem em matrimônio Alexandre José de Almeida Garrett, viúvo que ficou por morte de Philomena de Mello Garrett, com Maria da Luz Bandeira, filha legítima de Joaquim Moreira de Lima e [não pude ler] Maria Bandeira, todos naturaes e*

<sup>65</sup> Livro de casamentos da catedral de Curitiba, número 10, folha 134, verso.

*baptizados e fregueses. Do que para constar mandei fazer este assento* (livro de assentos de casamentos da catedral de Curitiba, número 12, folha 54).

Em terceiras núpcias, consorciou-se (fora de Curitiba) Alexandre José com Verusca Rosa, natural da Polônia, onde nasceu em 1863 e que morreu em Curitiba, em 20 de fevereiro 1933<sup>66</sup>; no Brasil, adotou o prenome de Verônica ou, ao menos, era tratada por ele.

Do seu primeiro matrimônio, Alexandre José teve:

7.1) Amélia de Almeida Garrett, nascida em 6 de abril de 1872, batizada em 24 de julho daquele ano.<sup>67</sup>

7.2) André de Almeida Garrett (nascido em 30 de fevereiro de 1873, em Curitiba, e finado em 12 de agosto de 1931<sup>68</sup>). Em abril de 1904 era alferes da polícia do Paraná e foi designado para, no dia 14 daquele mês, servir como guarda do palácio do governo do Paraná.<sup>69</sup> Casou-se em 1896.<sup>70</sup> Jaz no túmulo dos Almeidas Garrett, no cemitério municipal de Curitiba, em que havia placa que o nominava e que desapareceu ao ser reformado em 2017.<sup>71</sup> Teve:

8.3) Alcides de Almeida Garrett. Jaz no túmulo dos Almeidas Garrett.<sup>72</sup>

7.3) Maria, batizada em 25 de fevereiro de 1876.<sup>73</sup>

Do seu terceiro matrimônio, Alexandre José teve:

**7.4) João Crisóstomo de Almeida Garrett**, nascido em 1883 (fora de Curitiba e de Campo Largo) e morto em Curitiba em 1939. Foi capitão da Polícia Militar do Paraná; participou da batalha do Irani, em 1912, no âmbito dos conflitos do Contestado, havendo sido incorporado ao contingente do coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho ao este passar pela cidade de Palmas, onde João Crisóstomo se encontrava aquartelado.

Desposou Brasiliana Ribas Garrett, natural de Santa Cruz, Rio Grande do Sul, onde nasceu em 1884 e que morreu em Curitiba em 1929 e, em segundas núpcias, Clotilde Gilbert com quem teve uma filha, Clotilde, nascida em 1935 e morta em 1944. Do seu primeiro enlace, João Crisóstomo teve:

8.1) Plínio de Almeida Garrett, que se suicidou em Curitiba em 1912.

8.2) Zélia de Almeida Garrett (1902 – 1987), casada com Aristides Rodrigues do Prado (1901 – 1990).

8.3) Néelson de Almeida Garrett, nascido em 1907.

8.4) Alexandre de Almeida Garrett, nascido em 1909.

<sup>66</sup> Primeiro ofício do registro civil de Curitiba (Leão), livro C-076, folha 425.

<sup>67</sup> Livro de batizados da catedral de Curitiba, número 29, folha 106.

<sup>68</sup> Registro de número 749 do cemitério municipal de Curitiba, onde jaz.

<sup>69</sup> *A Republica*, de 13 de abril de 1904.

<sup>70</sup> Primeiro ofício do registro civil de Curitiba (Leão), livro 4, folha 287.

<sup>71</sup> A tumba era encimada pelo letreiro “Família A. Garrett”; continha uma placa (disposta na vertical, logo abaixo do letreiro) que nominava Edith Garrett de Andrade, com as datas 11.2.1908 e 16.1.1972; outra lápide (disposta em plano inclinado, sotoposta à anterior e pintada de azul) dizia: “Aqui repousam Philomena de Mello Garrett, Alexandre de Almeida Garrett. Saudades de seus filhos. Laura de Souza Garrett. Saudades do seu esposo”; placa pequena, fixada na lateral esquerda, continha o nome de Alcides de Almeida Garrett, com as respectivas datas natalícia e fúnebre. Havia outra placa, de pedra branca, na lateral direita, no canto inferior esquerdo; existiam, também, três ou quatro (ou mais) placas metálicas com números indicadores de sepultamentos (de que um era 6111). Com a reforma do túmulo desapareceram todas as lápides e placas antigas. Ali também jaz Alcides de Almeida Garrett, de quem inexistia placa; pelo menos não a conheci.

<sup>72</sup> Informação do seu neto, Luiz Fernando de Almeida Garrett, para o autor, em missiva de 26 de dezembro de 2004.

<sup>73</sup> Livro de registro de batizados da catedral de Curitiba.

8.5) José de Almeida Garrett, nascido em 1910, morto em 1973. Casou-se com Palmira Xavier Garrett. Tiveram:

9.1) José D'Almeida Garrett Júnior<sup>74</sup>, que nasceu em primeiro de abril de 1955.

8.6) Iracema Garrett Franco, nascida em 1910. Viveu um século.

8.7) João de Almeida Garrett, nascido em 1915.

7.5) Filomena Garrett de Sousa Brasil, nascida em 1887 e morta em 12 de dezembro de 1984.

7.6) Anselmo de Almeida Garrett, nascido em 1894 e morto em 4 de dezembro de 1956; casou-se com Escolástica dos Santos Garrett, em 1910.<sup>75</sup> Ela morreu em 9 de junho de 1927.<sup>76</sup>

7.7) Florisbela de Almeida Garrett, nascida em fevereiro de 1896 e morta em primeiro de janeiro de 1897.<sup>77</sup>

7.8) Permínia de Almeida Garrett, nascida em setembro de 1901 e morta em 6 de março de 1902.<sup>78</sup>

#### **Nomes e datas esparsas:**

Sebastiana de Almeida Garrett, morreu em 18 de julho de 1929, com 45 anos; era esposa de João de Almeida Garrett (livro 20 de óbitos da catedral de Curitiba).

Eduardo Garrett, morto em 16 de março de 1927, com 8 meses; era filho de Edmundo e de Natália (livro de registro de óbitos da catedral de Curitiba, número 20).

Alcir de Almeida Garrett, morto em 23 de agosto de 1925, com 8 meses; filho de Alcides de Almeida Garrett (livro de registro de óbitos da catedral de Curitiba, número 19).

Laura Garrett, morta em 8 de outubro de 1924, com 23 anos; filha de Augusto de Almeida Garrett.

Altair, filho de André de Almeida Garrett, morto em 25 de novembro de 1902, em Curitiba, com 2 meses (livro de registro de óbitos, da catedral de Curitiba, número 15).

Zélia de Almeida Garrett, nascida em 20 de agosto de 1902 e morta em primeiro de dezembro de 1987.

Aristides Rodrigues do Prado, nascido em 2 de outubro de 1901 e morto em 27 de abril de 1990.

Clélia Prado Paraná, nascida em 2 de setembro de 1927.

Nilo Prince Paraná, nascido em 16 de fevereiro de 1929.

#### **Fontes:**

*Anuário da Nobreza de Portugal*. Lisboa. 1985.

*Apontamentos genealógicos sobre as famílias do Visconde e da Viscondessa de Almeida-Garrett*. Antonio Portugal de Faria. Milão, 1904.

*Frei Luis de Sousa*. Visconde de Almeida Garrett, Publicações Europa América, Lisboa, 1954.

*Garrett, Memórias biográficas*. Francisco Gomes do Amorim, Lisboa, 1884.

<sup>74</sup> Foi registrado com o apóstrofo na forma como o redigi.

<sup>75</sup> Primeiro ofício do registro civil de Curitiba (Leão, livro 13, folha 53, verso).

<sup>76</sup> Registro de óbitos do cemitério de Curitiba.

<sup>77</sup> Livro de óbitos da catedral de Curitiba, número 13, folha 90; Primeiro ofício de registro civil (Leão), livro de óbitos número 14, folha 105.

<sup>78</sup> Registro de óbitos da catedral de Curitiba, livro 15, folhas 5, verso, a 10, verso.

*História concisa de Portugal*. José Hermano Saraiva. Lisboa, 1984.

*Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal*. Albano da Silveira Pinto. Lisboa. 1883.

*Nobreza de Portugal e do Brasil*. Afonso Zuquete e outros. Lisboa, 1960.

Testemunhos de João Cristóstomo de Almeida Garrett e de Aristides de Almeida Garrett.

Livros de registros de nascimentos, casamentos e óbitos da catedral de Curitiba e da igreja Nossa Senhora da Piedade, de Campo Largo (Paraná).

Livros de registros de nascimentos, casamentos e óbitos do primeiro ofício de registro civil de Curitiba (Leão) e de Campo Largo.